



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

27 de junho de 2012 – 9h

PAUTA

Informes:

Expediente:

- I. Sugestões de inclusão de Pauta

Ordem do dia:

- I. Apreciação e Deliberação sobre Solicitação de Recursos para Ligação de Cabine Primária pela AES Eletropaulo no Centro de Reabilitação de Animais Silvestres - CRAS Anhangüera (Processo nº 2012 -0.176.460-9);
- II. Apreciação e Deliberação sobre Solicitação de Recursos para Ligação de Energia pela AES Eletropaulo na Escola de Marcenaria do Parque Anhangüera (Processo nº 2012 -0.180.682-4);
- III. Apresentação de cumprimento de Condicionantes sobre Contratação de Obras de Reforma para adequação um espaço para criação de um Centro Educacional Sócio Ambiental e Inclusão – Sub-Prefeitura de Perus (Processo nº 2012-0.074.550-3);
- IV. Apresentação de Prestação de Contas da Execução Orçamentária do FEMA do 1º Quadrimestre de 2012 – Lucas Bonini;

Anexos:

Parecer do Processo nº 2012 -0.176.460-9;

Parecer do Processo nº 2012 -0.180.682-4



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

Secretário Carlos Fortner: Bom dia. Nós vamos abrir a 28ª plenária extraordinária do CONFEMA. A pauta hoje, nós vamos falar da Apreciação e Deliberação sobre Solicitação de Recursos para Ligação de Cabine Primária pela AES Eletropaulo no Centro de Reabilitação de Animais Silvestres - CRAS Anhanguera, processo 2012 -0.176.460-9. O Ramiro vai fazer uma apresentação do que é (incompreensível). Estou quase assinando, já. A Helena não deixa. O Ramiro vai fazer uma apresentação. Basicamente, isso é a ligação de energia para o CRAS Anhanguera, não sei se os senhores conhecem lá, o CRAS Anhanguera. Ainda não? O CRAS Anhanguera é um equipamento que está sendo desenvolvido, está quase pronto, já. Têm aquelas fotos mais atualizadas aí, para mostrar?

Ramiro: A Helena tinha pedido para fazer uma apresentação um pouco geral, porque a maioria dos Conselheiros não conhecem. Do que foi, enfim, pensado e desenvolvido nesses quatro anos. E vou passar rápido. Eu aproveitei uma apresentação que a gente fez.

Secretário Carlos Fortner: Conta um pouquinho do histórico. Como ele nasceu, e como é que está em andamento lá, Ramiro, por favor.

Coordenadora Helena Magozo: Só um momento, Carlos. Só para situar os Conselheiros, nós vamos ter duas deliberações, que são relativas ao Parque Anhanguera e a esse plano de ações maior que o Ramiro está falando. Como o Carlos falou, a questão da ligação da cabine primária da Eletropaulo para o Centro de Reabilitação dos Animais Silvestres, o CRAS, e também para um outro equipamento, que também foi aprovado por esse Conselho, que é a Escola de Marcenaria do Parque Anhanguera. Então, ligação elétrica para esses dois equipamentos que nós vamos deliberar. Mas o Ramiro vai fazer uma contextualização.

Ramiro: A Helena tinha pedido, porque como todos os outros projetos foram aprovados pelo CONFEMA, o recurso e as obras também, acho que é importante entender o contexto geral do Parque, para a gente saber além de cada ação separada, é importante entender um pouco o contexto que elas estão inseridas. Eu aproveitei uma apresentação que a Helena me chamou para fazer num Seminário no IPREM, com esta contextualização sobre de onde vêm os créditos, quais os recursos que já foram captados nos leilões, e o perímetro de ação que a gente tem trabalhado no DEPAVE 1, principalmente. O Parque tem quase 10 quilômetros quadrados. A gente tem o CRAS, tem um projeto importante, que é o Sistema de Tratamento desse CRAS, tratamento de afluentes, a via de acesso que é um outro projeto, o viveiro, que teve, tanto recurso para compra dessas áreas, desses terrenos de desapropriação, que eram um dente dentro do Parque. Isso era um foco de problemas também, um uso indevido dessa área. E é onde está sendo desenvolvido o projeto do



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

viveiro. A área de visitação e a Escola de Marcenaria. São esses os equipamentos que foram previstos e que para que eles possam... Então, existem os DUPS, decretos de utilidade pública.. Para que ele possam funcionar, têm uma série de complementações, que aí eu vou chegar em todas, rapidinho.

Secretário Carlos Fortner: Não sei se todo mundo conhece lá, o Parque Anhangüera. Todo mundo conhece? Não. Todo mundo deve conhecer a Rodovia dos Bandeirantes, onde tem o aterro Bandeirantes. Mostra lá, Ramiro. Aquela área, onde está a Rodovia dos Bandeirantes, e embaixo está o Rodoanel. Aquele pedacinho que sai no canto lá é o Rodoanel. Para ter uma idéia do tamanho disso, aquela área que está à direita da Rodovia dos Bandeirantes é o aterro Bandeirantes. Então todo o restante é o Parque Anhangüera.

Ramiro: São mais ou menos 2 x 7 quilômetros. É uma área bem grande. O aterro, na verdade, quando foi desapropriado, foi desapropriado junto com o Parque. Era a Gleba 4 dos terrenos que foram desapropriados, em 78, 79. Sobre a Escola de Marcenaria, está em andamento uma formação de parceria, cooperação com o SENAI, para formação dos cursos de marcenaria, preferencialmente para a população do entorno, que seria Perus. O objetivo dela, além dessa formação dessa parte educacional, seria reuso de materiais de poda de árvores ou de corte de árvores, ou de árvores que caíram, que a gente tem um grande volume em toda a cidade, e lá elas poderiam ser trabalhadas e transformadas em mobiliário urbano, enfim, processadas com esses fins educacionais. E a gente tira um problema de levar para o aterro, por exemplo, madeiras e galhos que não têm necessidade. E a gente está com o andamento da obra previsto para setembro agora. A gente está correndo para conseguir formalizar. Então, essa área está prevista. Essa estrada de Perus tem um acesso... Tudo isso aqui em volta também é Parque. Mas essa seria a área do projeto. E o projeto é muito simples, são dois blocos com salas de aula, sanitários, administração e, vamos dizer, um pátio central que também é coberto, onde a gente tem todas as atividades de marcenaria, as máquinas que estão sendo instaladas. Vão ser instaladas. No final, uma rampa. Isso aqui é a obra em agosto. Em março ela já estava com cara de... enfim, avançada. Dá para ver que as dimensões são bem grandes. Esse é o pátio central e as ruas arbóreas. A serraria que é onde vem a madeira para ser processada pela primeira vez, e aqui é o... acho que foi ontem ou anteontem que a gente foi, e já estão fazendo as paredes de taipa. Tem algumas soluções construtivas. Essa, por exemplo, a taipa, a estrutura de eucalipto roliço também, com vãos bem grandes. Tem algumas inovações que também complicaram bastante o processo da obra avançar. Desculpa. Eu vou voltar, porque é justamente uma das deliberações. No ponto que a gente está agora, a obra está praticamente



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

finalizada, a parte estrutural e as paredes também já estão bem avançadas. Então, terminando as instalações internas, e é um prazo razoável que setembro a gente tenha ela pronta, a obra civil. Para isso, a gente precisa voltar nesse alinhamento aqui. A ligação seria esses onze mil e quinhentos e alguma coisa, seria, provavelmente, esse trecho aqui. A Eletropaulo não especifica exatamente, mas seria um reforço na rede para ligação na cabine de medição que fica aqui, e a gente vai fazer todo esse trecho enterrado. Isso é por conta da contratada. A deliberação seria para esse recurso, uma vez que todo recurso já está sendo aplicado, com crédito de carbono, para construção da obra, a gente achou que é um complemento dessa obra que não estava previsto, vamos dizer assim.

Secretário Carlos Fortner: A obra tem energia elétrica, claro. Se não, não saía a obra. Mas é uma energia elétrica de obra. Quer dizer, tem uma ligação provisória de obra. Então essa etapa agora, é para fazer o reforço que permita o prédio operar.

Ramiro: Tem ligação trifásica, que é porque têm as máquinas de serraria, tudo 380 volts, então é um pouco mais pesada a rede.

Secretário Carlos Fortner: E a parte que vai dentro do terreno é essa aí, enterrada, que faz parte do contrato com a empreiteira. Isso já está previsto.

Ramiro: Seria só o reforço de uma rede que a Eletropaulo...

Secretário Carlos Fortner: De alimentação. É o reforço da alimentação para o prédio poder operar. Porque por enquanto, a alimentação é só para efeito de obra.

Coordenadora Helena Magozo: Ramiro, eu pediria que você fizesse a apresentação, então a gente aqui está falando da Marcenaria. Depois, ele vai falar também da questão do CRAS.. Se não, vai interromper a apresentação. Está bom?

Ramiro: Está certo. Então vamos passar para frente. Aí tem o viveiro de mudas, que foi um projeto para complementar os viveiros que já existem, tem o CEMUCAM, o Carmo e o Manequinho Lopes. E o Anhanguera seria em outra região, onde também tem uma facilidade de acesso do interior, de onde vem as maiores mudas dos TCAs. E também ter espaço para fazer as mudas DAP3, que a gente acaba usando, DAP3, DAP5, que nos outros viveiros, a gente só tem as mudas menorzinhas, ou de reflorestamento, ou no tubete. E aqui seria uma maneira de trazer também um pouco dessas mudas e ter espaço e tempo para que elas cresçam. Demora 2, 3, às vezes 4 anos para atingir a maturidade necessária. É um projeto que vem se alongando bastante



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

por uma série de complexidades. A gente tem como cliente, vamos dizer assim, o DEPAVE 2, em uma área que foi desapropriada um pouquinho antes de começar o projeto. Então tem uma série de dificuldades. A gente está com o projeto pronto, com os últimos ajustes de orçamento para conseguir fazer a licitação agora, nesse segundo semestre. É uma obra que não vai começar, provavelmente, esse semestre. Esperamos que comece, mas vai ser um pouco complicado. Vou passar rápido pelo projeto. Tem o núcleo principal, que é a parte de produção, funcionários, administração. Tem um espaço também para receber mudas de TCA que é isolado das mudas que a gente produziria. É uma questão também de contaminação, como se fosse uma quarentena. Esse seria o trecho. Quando foram desapropriadas tinha algumas casas de fim de semana, algumas um pouquinho melhores, outras bem precárias. Tinha uso indevido, eles jogavam paintball. Tinha uma série de atividades aí que com essa desapropriação, a gente agora está conseguindo cuidar da área. Sofreu um pouco com o vandalismo, mas aos pouquinhos está conseguindo conter esse problema. Enfim, aqui, não estão muito boas as imagens, mas são as soluções para os prédios. A gente está fazendo toda coleta e reuso de água, também, dos prédios, para irrigação. Não faria sentido reintroduzir no sistema da edificação, se a gente tem 40, 50 metros cúbicos por dia, que a gente precisa usar só na irrigação. E têm 2, 3, 4 lagos que a gente poderia também captar parte da água. Isso é um dos motivos, também, de escolher a área. A gente precisa de muita água, um volume muito grande de água, e a localização dos lagos são importantes. No sistema de irrigação, que seria um dos que a gente está conseguindo avançar bastante, é por gotejamento, quase tudo. Então, também, a economia de água nesse processo é bem maior do que se fosse aspersão, que serve melhor para mudas menorzinhas, não tem tanto problema. Para as mudas maiores você põe direto a mangueirinha no bag, que eles chamam, já você economiza bastante água.

Secretário Carlos Fortner: Ramiro, volta naquele slide que tem a localização dele. Esse aí. Só para mostrar aonde é a área da Escola de Marcenaria, lá na frente. Ali é a Escola de Marcenaria.

Ramiro: (incompreensível) estava aberto há algum tempo.

Secretário Carlos Fortner: Isso. Isso ainda era antes de começar a obra?

Ramiro: Isso.

Secretário Carlos Fortner: E ali onde está o ponteiro do mouse, era onde terminava a ligação provisória de energia, não é? Isso. E essa outra área é a área que era uma área particular, encravada dentro do Parque, foi desapropriada com o dinheiro do Crédito de Carbono, e tem agora, o projeto



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

para implantação do viveiro. É um projeto mais demorado, porque tem muitos detalhes a serem cumpridos, ainda.

Ramiro: Só um terreno que ainda precisa ser desapropriado, está em juízo. Seria esse daqui. A gente precisaria até saber, ter uma definição depois, para... São possíveis áreas. Esse trecho e esse trecho também foi desapropriado, são possíveis áreas de expansão que não estavam previstas inicialmente, até porque não fazia sentido. Já têm 120 mil metros quadrados de área de implantação, dentro dos 250 desapropriados. Então tem essa possibilidade de implantação, e esse núcleo que seria construído inicialmente, já teria capacidade para ampliar um pouco essa produção, se fosse necessário.

Secretário Carlos Fortner: Isso. O conceito desse viveiro é no sentido de se produzirem mudas que normalmente não têm no mercado. Então para poder regular um pouco mais o mercado, criar aquelas espécies que são mais raras.

Ramiro: E em um porte maior, que a gente acaba recebendo muita muda de TCA, mas nem sempre a qualidade dessas mudas atende às nossas condicionantes de vandalismo.

Secretário Carlos Fortner: Errado. As mudas que estão sendo recebidas hoje, por TCA, hoje não. Já têm uns dois anos, isso. Elas são recebidas com medidas adequadas para a implantação em área urbana. Isso não é mais assim.

Ramiro: Então, quando começou, tinha essa questão de atender também os DAPs maiores, e em um volume maior. Acho que as informações do viveiro são suficientes. E aí, o CRAS. Tem a Escola de Marcenaria, mas o CRAS que é o maior, o principal equipamento, em implantação. A Escola de Marcenaria tem 5 mil metros quadrados de implantação. O CRAS, a implantação total são quase 70 mil metros quadrados. Então, têm uma série de complementos que foram necessários. O CRAS é o Centro de Manejo e Preservação da Fauna Silvestre, o nome fica mais fácil como CRAS, na hora de se referir. Que é do DEPAVE 3, a Divisão de Fauna, que fica no Ibirapuera, a Vilma é a diretora. Vocês podem ver que ele fica em uma área mais central no Parque. Essa aqui é a área de visitação, e esse daqui é um trecho mais de preservação. Existe um trecho que já é um pouco mais aberto, com uma via de acesso. Existe já o CRAS no Parque. O CRAS que já temos seriam só os recintos para receber os animais do Ibirapuera. Seria para reintroduzir no ecossistema. Aqui, a gente tem vários outros equipamentos, que também vão ser tirados do Ibirapuera, vão ser deslocados do Ibirapuera. Então, além da parte administrativa, para quase 150 pessoas, biotério, sala cirúrgica, também têm duas salas cirúrgicas, raio X. Têm uma série de equipamentos, além de todos (incompreensível). Aqui seria a parte onde tem 12 a 15 recintos que têm suas especificidades de malha de



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

tela, para qual bicho passar ou não passar. E aqui embaixo a gente tem outro projeto também, que foi desenvolvido com recurso do Crédito de Carbono, que eu vou falar um pouquinho mais para a frente. Ao todo, toda essa área que vocês estão vendo aqui, são mais ou menos 70, 80 mil metros quadrados. Essas são as obras em abril de 2011. Esse seria o trecho do tratamento de afluentes, uma área descampada que já pegou fogo várias vezes. Depois dessa foto, em outubro do ano passado, novembro, pegou fogo de novo. Então é uma área que não têm muitas árvores, fora alguns eucaliptos nesse trecho mais em cima, mais embaixo aqui, têm muitas mudas que sofreram bastante com essas ações de incêndio que ocorreram. Para ver um pouquinho melhor, isso aqui também é em novembro. Acho que até dá para ver, tinha um pedaço aqui que também acabou sendo queimado. Você tem que entrar com trator, é bem complicada a situação. Os recintos, que agora já estão quase terminados. Têm pequenos ajustes para concluir. Nessa obra do CRAS, a gente tem duas faces. Tem uma que é das edificações, e tem outra que a gente chama de paisagismo e cercamento, que inclui drenagem, paisagismo e cercamento, a via de acesso interna. Esse cercamento é uma necessidade que o IBAMA impôs na hora de fazer o licenciamento. A gente tem licença de instalação. E alguns outros condicionantes que eles colocaram para licença de operação. É uma tratativa que a gente também está fazendo. As obras das edificações, para os recintos, é, praticamente, só na cabine primária. Na verdade, toda parte que poderia ser avançada, já foi avançada. A gente tem uma longa tratativa com a Eletropaulo, e depois de quase um ano e meio de tratativas, a gente conseguiu que eles aprovassem e passassem o valor de quanto ia ser essa ligação. As tratativas demoraram também. Eu vou mostrar um pouquinho mais para a frente, depois eu volto. Faz mais sentido. Eu aproveitei a apresentação que tinha, e está um pouquinho fora da ordem da que seria a ideal para cá. Que seria esse outro projeto, que seria a infraestrutura e pavimentação da via. Essa é a via atualmente, nesse trecho ele é até razoável, mas tem alguns trechos com uma declividade muito acentuada, tem pedra, tem lama, tem buraco, e com o fluxo de 80, 100, 150 pessoas chegando por dia aí, a gente precisa ter uma solução para isso. E também, os postes, que atualmente não atendem o trifásico, uma cabine primária de média tensão. Tem uma demanda energética grande, e a gente estudou as possibilidades de enterrar. No projeto estava contemplado fazer esse enterramento da rede. Que é esse que demorou um ano e meio, com a Eletropaulo, com as tratativas, e no final do percurso, ao contrário de como a gente tinha encaminhado, eles falaram que custava três milhões e meio, cobrando, também, o valor igual ao que se cobra na área urbana. Sendo que aqui é uma área, enfim, terra, não tem interferência de SABESP, de logística, de tudo isso. E dado o tempo para inaugurar, em setembro, outubro, que a gente precisa finalizar, porque a gente está tirando parte dos equipamentos do Ibirapuera, mobilizando todo mundo para ir para o Anhanguera. Com essa mudança para poder começar as obras



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

de reforma, também no Ibirapuera, provisoriamente, a gente acabou solicitando o posteamento aéreo, ligação aérea, já removendo os postes do local, em vez de colocar o poste exatamente do lado, a gente já está falando aonde deveria ser colocado, porque no acerto dessa via, no geométrico da via, tem lugares que o poste fica quase no meio da via. A gente precisa alargar. Tem trechos de 3 metros, 4 metros, tem trechos de 8 metros. Nossa via com calçada lateral já removendo esses postes para um local onde não interfira nas obras posteriores de infraestrutura e pavimentação. E aí, o recurso de três milhões e meio foi para 117 mil.

Secretário Carlos Fortner: Deixa eu fazer uma intervenção aqui. Não sei se os Conselheiros todos conhecem o que é o CRAS. Mais ou menos. O CRAS faz parte da Divisão de Fauna, que é o DEPAVE 3. Está implantado no Ibirapuera. O nome é um pouco infeliz, porque quando a gente fala em CRAS, a gente pensa em equipamento da saúde, Assistência Social, mas não é o caso. É que é para fazer a triagem dos animais silvestres que são capturados. Tem bugio que é eletrocutado na fiação, animal que fica preso no arame farpado, e assim por diante. Só animais silvestres. Não são os animais domésticos. Hoje, esse equipamento está dentro do Ibirapuera, ao lado, lá, da UMAPAZ, que está em reforma, tal. A idéia é que ele venha para cá. Põe aquele slide que tem a vista geral aérea, Ramiro, que dá para ter uma noção. Essa obra já está em andamento há algum tempo. E está agora, chegando ao final. Os equipamentos já estão praticamente também, todos comprados. Então essa ligação da Eletropaulo, por que vai fazer só a ligação agora, que está com o prédio pronto? Não. Isso aí está sendo tratado, faz quase dois anos. É um ano e meio, pelo menos, quase dois anos. Aonde a diretriz era que não se tivesse a fiação aérea, os postes. Fosse a fiação enterrada. A via de acesso, lá, é uma via muito ruim. Alguns trechos estão pavimentados com bloquetes, tem trecho que têm um reforço já, de concreto, tal, mas tem trechos que são de terra. Tem declividade acentuada em algumas situações. Tem algumas dificuldades de rua, mesmo. Então o arruamento também está previsto ser modificado, adequado. O que está se falando aqui é da fiação. Então, quando fizer o arruamento, vai fazer a fiação enterrada também. Então, essa é a diretriz geral do projeto. Com todo ele enterrado, lógico, é melhor porque não tem problema de cair galho em cima, de derrubar energia etc. Quando veio, finalmente, depois de um ano e meio de estudos com a Eletropaulo, veio esse preço, veio três milhões e meio, quase quatro milhões, da fiação. Não estamos nem falando do viário. Isso é uma coisa que não dá para gastar esse dinheiro agora. Então nós pedimos.... Como na Escola de Marcenaria, existe uma ligação de energia para obra, tem aquele posteamento. O que existe hoje lá, não atende a demanda que o equipamento vai precisar. A ideia foi readequar, realinhar os postes, de forma que se pudesse, mais para a frente, fazer o viário no lugar correto, na geometria correta, e fazer esse reforço na rede, de forma



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

que pudesse se alimentar adequadamente o CRAS. Isso abaixou o preço para esses cento e dezessete mil, entendeu? Ficou uma coisa viável. Os três milhões e meio, não tem cabimento de se gastar agora.

O equipamento, como um todo, o CRAS, é um equipamento de ponta, isso aí. Quer dizer, na América Latina não tem nada equivalente. Então com isso, tratam-se os animais que são recebidos para poder reinseri-los na natureza, depois, nos locais adequados. A demanda hoje, no Ibirapuera, no espaço que tem no Ibirapuera, não dá conta. Então esse equipamento novo é um avanço para isso.

Ramiro: Essa questão de reintroduzir também, eles já fazem esse trabalho aqui, às vezes já se reintroduz no próprio Anhanguera, mas também levam daqui para outros lugares. Então tem treino de vôo, treino de caça, além dos recintos mesmo. E aí, a gente chega em outra questão, que seria o tratamento de afluentes. Que a gente está há uns 8, 10 quilômetros da rede da SABESP. Eu vou começar pela água, depois eu volto para o esgoto. A gente tem um poço artesiano, que teve um problema de colapsar, no ano passado, que deixou todo mundo preocupado. A gente perfurou um novo poço, ele foi reformado, já está melhor, já está atendendo, mas você não pode ter só uma fonte de água, quando você está a 8 quilômetros de qualquer outra fonte. A gente estudou a possibilidade de ligar com a SABESP, mas o custo é inviável, além da conta e do volume de água que a gente já gastaria no parque, e com as novas demandas do CRAS, do viveiro, principalmente, da Escola de Marcenaria, e a possível ampliação que está em estudo, da área de visitação, a gente precisa dobrar o volume de água que a gente tem disponível hoje. Então está sendo desenvolvido um projeto, que a gente recebe no mês que vem, final, de como rever toda rede. Então substituindo os reservatórios que existem, ou reformando os reservatórios que existem, e atendendo as novas demandas, perfurando dois poços, e tendo um sistema de backup também. Com todos esses novos equipamentos, era inevitável que se pensasse em novo projeto, para contemplar todas essas expansões. E do mesmo modo que a gente não tem água, a gente não tem esgoto. Quando a gente tem um esgoto doméstico e volumes um pouco menores, a gente atende a legislação perfeitamente com a fossa sumidouro, ou biodigestores, tudo isso. No caso do CRAS, além das 150 pessoas que é bem mais, porque vai ter a Escola de Marcenaria, a gente tem esgoto clínico. A gente não chama hospitalar, porque o hospitalar tem algumas questões na legislação, que não se enquadra em esgoto hospitalar. Esgoto clínico é como se fosse uma clínica veterinária, mas tem sangue, tem antibiótico, em volumes pequenos, mas existe isso. Então, para atender esse licenciamento do IBAMA, e também, atender uma questão que é sempre complicada na Prefeitura, que é a manutenção desses equipamentos, e o custo de manutenção desses equipamentos, pensamos no recurso, do FEMA, pela



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

questão do desenvolvimento de tecnologia e poder criar uma área de expansão no Parque, a gente juntou uma série de fatores, e a gente fez essa pesquisa com tratamento descentralizado de afluentes. Não tem rede da SABESP. A gente buscou esse baixo custo operacional, mesmo que às vezes na implantação pareça um custo um pouco maior do que uma ETE normal, uma estação de tratamento de esgoto padrão SABESP, que seria uma caixinha do tamanho dessa sala, que precisa ter química, que precisa ter um acompanhamento, que nem sempre é muito fácil a gente ter essa continuidade. E o tratamento biológico de afluentes, não sei se vocês conhecem, ou já viram alguma vez, essa modalidade, vamos dizer assim, tem o apelo paisagístico, pela criação dos espaços, aí mostra um pouco mais. Nesse caso especificamente, pela topografia, pela proximidade com o CRAS, e pelo DGD Norte 2 também fica no Parque, há 1 quilômetro daqui, então, trabalhar a educação ambiental nesse espaço, tem um grande potencial. Funciona por gravidade. A gente tem duas bombas, são bombinhas simples, fora os backups, então o gasto de energia é muito baixo. Não têm mau cheiro e não necessita de mão de obra especializada. É um serviço de paisagismo, manutenção de jardim, que a gente está acostumado a fazer. A gente tem um fluxograma, onde se prevê o tratamento de esgoto doméstico e clínico. A gente está falando, mais ou menos, de 32 metros cúbicos doméstico e 22 clínico. Então é muito esgoto diário, isso. Isso é uma previsão com o CRAS funcionando 100%. A gente vai começar com ele um pouco, vamos dizer, a meia-máquina. A gente tem que ir aos poucos, e passando a equipe, transferindo a equipe e os animais. Vocês viram naquela foto anterior, tem todo aquele espaço em baixada. O ponto mais alto é aqui, que é onde termina o paisagismo, o cercamento, vamos dizer assim. O cercamento está passando aqui por cima, e vai até esse descampado. O sistema funciona com essa caixa de gradagem, que seria, vamos dizer, a fossa e o clínico. Ele tem alguns complementos no clínico, que seria o ozonizador, onde a gente injeta ozônio, desativa bactérias e antibióticos, sangue, moléculas, tudo isso. Aí tem o sistema de fluxo vertical, o esgoto sai por cima. São tanques com pedras, são lagos impermeabilizados com manta PAD, com pedras e plantas. Basicamente, é uma variação desse sistema, onde, em alguns casos, a planta está fixada, em alguns casos ela está fixada no fundo e boia. Outras ela está boiando e têm peixes, ao mesmo tempo. Então aqui, seria um só com água. Aqui tem outras, boiando, vamos dizer assim. E esse daqui seria taboas, já que o lírio do brejo não é uma planta que a gente acaba usando, que ela também não é do Brasil. E esse sistema funciona por gravidade. A gente tem, sequencialmente, tratamento por esses tanques. Nesse outro aqui, já é um tanque com água, a faixa do mau cheiro que poderia ter, o nível da água está abaixo da superfície, então a gente não tem esse problema. Nesse espaço que é intermediário, você consegue, tanto ver o sistema em cima quanto embaixo, então a gente criou esse espaço de educação ambiental. E o sistema continua até esse ponto,



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

desce e vem aqui, até o final do sistema. Também tem o lodo captado nesse trecho, e depois o chorume, a água que escorre dele secando, reintroduz no primeiro ponto. O lodo ele pode, depois, acho que é 30 dias, que ele fica secando, ele já está completamente desativado e você pode usar para plantio de árvores no próprio parque, no próprio jardim daqui. Não falta área. E a gente não tem nenhum produto final, vamos dizer assim. O produto final seria a água, que ou vai ser simplesmente drenada no terreno, tem uma vala de infiltração, e quando estiver funcionando, o ideal é que seja bombeada essa bomba principal que a gente tem, que seria bombear para esse lago ornamental no reservatório. Quando a gente olha a foto, ele está bem... Está um pouquinho mais para baixo, dessa foto. Ele ficaria bem aqui na entrada. Então você chega no CRAS, e você vê esse lago ornamental, que na verdade é teu esgoto tratado. Daí, a gente capta também, e tem o reservatório de reuso previsto do CRAS, e a gente faz irrigação. A gente não tem isso no sistema, no projeto, nas edificações. Mas a gente coloca como água para... Tem muita água para lavagem dos recintos, ou para irrigação, que vai ser reusada nesse sentido. Esse projeto está finalizado. A gente precisa definir, essa semana tiveram umas mudanças aí, de tratativas, que a gente consegue, agora, avançar para licitar e implantar o projeto. E por fim, vou passar bem rápido, que seria essa ampliação. A gente fez alguns estudos de reforma da área existente, de ampliação da área existente. A ampliação ao lado da área existente. Então tem uma série de demandas, de reforma, questão de acesso, segurança, adaptação à acessibilidade, manutenção e administração também precisa de uma boa reforma, e com esses novos equipamentos, tem uma lanchonete e um restaurante, enfim, espaços de convivência para essa nova equipe da Secretaria também, que vai estar mais próxima. Que possa ser atendido durante a semana. Atualmente, você tem que ir até Perus para almoçar. Então também dar um caráter metropolitano ao Parque, ampliar esse acesso que tem um grande potencial, mas por falta, às vezes, de equipamento, a gente tem um pouco de restrição nesse sentido. E também, eu deixei de falar isso no começo, era uma antiga fazenda de eucaliptos, a gente já plantou 50, 60, 100 mil árvores no período, sempre têm novos plantios. Mas ainda tem muito o que ser feito em termos de enriquecimento para que daqui, não sei, 30, 40, 50 anos, a gente tenha substituído os eucaliptos, aos poucos, por mata nativa. Então essas foram as etapas que a gente colocou para a gente atingir os objetivos. Diagnóstico ambiental, diretrizes de projeto, levantamento plantimétrico cadastral topográfico, e o estudo preliminar, básico, executivo e as obras. Essa é a área da estação atualmente, que é circundada pela ciclovia. E os equipamento principais, a administração, quiosques estão por aqui. E aqui a gente têm quadra e campo de futebol. A gente fez um estudo de alturas, (incompreensível), declividade, vegetação, cruzou os dados para ver as áreas com maior potencial para implantação, ou restrições de ocupação, mais escuro, e em amarelinho, áreas mais planas, com pouca vegetação. Cruzou também



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

com dados da fauna, que tem grandes estudos para a área. E com o herbário também, sobre essa questão de regeneração espontânea também da vegetação, como a gente pode, talvez, fazer manejo de algumas espécies que são invasoras, e substituir por outras que até ajudem a criar um ambiente propício para a fauna. Aí a gente definiu algumas áreas potenciais, definiu uma área de levantamento, que demorou bem mais do que a gente esperava. Tem uma série de complicadores, são 400 aqui... Essa foto é um pouquinho diferente. A gente acabou fazendo 400 mil metros quadrados. Mas é uma baita área para fazer o levantamento e receber esse projeto do jeito que deveria ser. Essa é a área, atualmente, do parque. Essa aqui, que existe, já, e aqui são alguns trechos de expansão, que a gente poderia ter também trilhas e passarelas elevadas, que seria o... Tem muita variação de campo para uma mata mais fechada, depois eucaliptos muito altos, mais esparsos. Então dá para explorar bastante esses potenciais. E a gente pensou em núcleo principal, esportivo e ambiental. Amarelo e rosa seriam núcleo de lazer, e amarelo de manutenção, o azul mais esportivo, e essa ampliação das áreas ambientais, que seriam aproveitar as trilhas existentes. E também chegar aos nossos problemas de segurança, a gente precisa criar um programa, uma portaria, um acesso próximo, porque quando a gente tem aqui, restringir, por exemplo, nesse ponto, a gente possa criar uma barreira, para que não tenha invasão. Tem alguns lugares onde a urbanização está bem próxima e a gente vai ter, no futuro, acho que um problema para conter esses perímetros. É isso. Me alonguei um pouquinho, mas é legal quando a gente vem depois, por algum projeto específico, pode ser um pouco mais direto. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Então está aberto para posicionamento dos Conselheiros. Então nós vamos para os dois relatórios. Obrigada, Ramiro. Nós vamos para o parecer técnico da CAV sobre solicitação de recursos para ligação de energia da Escola de Marcenaria do Parque Anhanguera pela AES Eletropaulo, valor total, proponente, SVMA DEPAVE 1, valor total: R\$ 11.546,37. A solicitação de fazer essa execução de serviço de ligação de energia da Escola de Marcenaria do Parque Anhanguera. Análise técnica da proposta pelo exposto à página 2 deste processo, que está aqui, à disposição. A ligação de energia elétrica é indispensável para operação da Escola de Marcenaria do Parque Anhanguera, que tem previsão de inauguração em setembro de 2012. Destacamos que essa intervenção complementa o apoio do FEMA à construção da Escola de Marcenaria do Parque Anhanguera, processo 2007.0.386.331-9, cuja proposta previu princípios de sustentabilidade ambiental em seu projeto e construção, e de sustentabilidade socioambiental em sua finalidade. Que é aquela questão educativa e de inclusão social que o Ramiro citou. Pela importância da Escola de Marcenaria para a região de Perus e para a cidade, concordamos que a presente proposta seja fundamental para a operação da Escola de Marcenaria. Análise econômica e orçamentária: o



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

orçamento da obra foi feito pela AES Eletropaulo e encontra-se anexada às páginas 4/5 do processo. Esse orçamento apresenta os custos de forma simplificada, mas por se tratar de um orçamento da própria concessionária de energia elétrica e pelo fato de que este tipo de obra seja muito peculiar, entendemos que os valores estejam dentro dos padrões estabelecidos para esse tipo de intervenção. Em vista desses fatos, somos pela continuidade da proposta. Posição da CAV, ela considera que a proposta atende aos critérios de seleção estabelecidas para a contemplação de financiamento do FEMA. Então nós vamos para a deliberação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação do apoio do FEMA, a ligação de energia da Escola de Marcenaria do Parque Anhanguera pela AES Eletropaulo, que é um total de R\$ 11.546,37, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. Agora, nós vamos para o segundo... Aí o Rubens vai dividir a fala aqui comigo.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom dia a todos. O próximo parecer técnico refere-se à solicitação de recursos para intervenção pela AES Eletropaulo para ligação de cabine primária do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres do Anhanguera. Proponente é o DEPAVE 1 também. O valor total da obra, R\$ 117.228,62. Análise técnica, pelo exposto à página 2 do processo, que encontra-se aqui, disponível para consulta, sem a cabine de força e a ligação aérea não é possível iniciar as operações do CRAS Anhanguera. Como sua inauguração está prevista para setembro de 2012, essa obra assume um caráter de urgência para que o prazo previsto para a inauguração da unidade seja respeitado. Destacamos que outras intervenções referentes à construção do CRAS Anhanguera foram financiadas com recursos do FEMA, como sistema de tratamento de esgoto, processo 2009.0.345.145-6. A contratação do projeto de sistema de tratamento de afluentes, processo 2010.0.123.489-4 e a contratação de serviços de obras de paisagismo e cercamento, através do processo 2010.0.244.583-0. Em vista desses fatos e pela importância do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres para o município, entendemos que a presente proposta seja fundamental para a inauguração do CRAS. A análise econômica e orçamentária. O orçamento da obra foi feito pela AES Eletropaulo e encontra-se anexada à página 4 do processo. Esse orçamento apresenta os custos de forma simplificada, mas por se tratar de um orçamento da própria concessionária de energia elétrica e pelo fato de que esse tipo de obra seja muito peculiar, entendemos que os valores estejam dentro dos padrões estabelecidos para esse tipo de intervenção. Em vista desses fatos somos pela continuidade da proposta. A conclusão da comissão de avaliação é de que se considera que a proposta atende aos critérios de seleção estabelecidos para contemplação de financiamento do FEMA. Alguma pergunta? Então vamos para a votação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da solicitação de recursos para intervenção da AES Eletropaulo para ligação de cabine primária do Centro de Reabilitação de



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

Animais Silvestres do CRAS Anhanguera, permaneçam como estão. Então o projeto está aprovado por unanimidade.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigada, Ramiro, pela apresentação. Até a próxima. Então o terceiro ponto da ordem do dia, nós estamos aqui com o processo em que consta a ata da reunião do Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz de Perus, em que nós estivemos lá para estar apresentando o projeto que tinha sido deliberado no CONFEMA, com a condicionante de que houvesse um controle social para que realmente se mantivesse enquanto equipamento socioeducativo. Então nós temos a ata aqui, que está à disposição dos Conselheiros. Eu considero, que na verdade, foi uma oportunidade. Acho que podemos estender esta estratégia para outras situações. Acho que podemos, em outros projetos, fazer essa ponte com o Conselho Regional, porque a gente acaba potencializando a relação do Fundo com o Conselho, e do próprio Conselho, em termos do controle que possa exercer sobre as questões públicas. Então foi interessante, eles fizeram perguntas, aonde era a sala... no final da reunião, já tinha uma Kombi para levar os Conselheiros até a sala, e eles falaram que faziam questão de acompanhar, já fizeram outras demandas em termos de uso do espaço. Então está aqui, à disposição de vocês, foi colocado como condicionante, no entendimento de que cumpriu-se a condicionante, mas está à disposição, aqui, dos Conselheiros. Agora nós temos o quarto ponto da ordem do dia, que nós vamos ter a apresentação por DAF, estão aqui nossos colegas, o Lucas e a Laressa. Eles vão fazer a apresentação de prestação de contas da execução orçamentária do FEMA do primeiro quadrimestre de 2012. Na verdade, isto é uma questão do acompanhamento do que é gasto periodicamente, no próprio exercício. Nós já tivemos aquela apresentação do ano passado, do que se previa para este ano, mas também há uma necessidade desta prestação de contas, escolhemos o período quadrimestral. E o Lucas vai explicar o porquê de quadrimestral? Então eles, de tempos em tempos, vão apresentar essa execução quadrimestral aqui, do recurso do FEMA.

Lucas: Meu nome é Lucas. Alguns já me conhecem. Trabalho no Departamento de Administração e Finanças aqui da Secretaria, que hoje está responsável pelo controle orçamentário e financeiro do FEMA. Na verdade, como a Helena falou, a nossa ideia é a gente estar fazendo a prestação de contas mostrando tudo aquilo que foi arrecadado no exercício, de receitas, para o Fundo e tudo aquilo que saiu, de despesas. É uma determinação, por lei, que o CONFEMA... A nossa sugestão é estar fazendo isso quadrimestralmente, e no ano, fechar o ano por conta do próprio decreto de execução orçamentária, que o empenhamento da despesa é feito quadrimestralmente. Então por conta desse próprio cronograma, a gente está... mas também fica a critério de vocês,



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

como Conselho, de estarem chamando a gente no momento que vocês quiserem, para a gente poder estar fazendo essa prestação. Como essa é a primeira vez que a gente está vindo aqui, fazer dessa maneira, a gente trouxe um pouquinho, para mostrar como é que funciona o processo de arrecadação da receita no Fundo, da onde que vêm as receitas e como é que ela ingressam na conta do FEMA, e um pouco do lado da despesa também. Nem todos aqui trabalham com orçamento público, é importante só um conceito básico de quais são as fases da despesa, para saber mais ou menos como entende, para depois até casar com o resultado final, que é a implantação do CRAS, como o Ramiro apresentou anteriormente aqui. Que é o resultado dos investimentos que a gente faz com os recursos do fundo. A Laressa, a gente trouxe, ela está com a gente desde 2011. Ela está fazendo toda a parte de controle financeiro do Fundo. Ela trabalhava anteriormente no FEMAS, que é o Fundo de Assistência Social, e a gente trouxe ela para a Secretaria, e a gente está desenvolvendo esse trabalho. E a ideia é que a gente continue fazendo isso periodicamente, com vocês. Vamos começar a apresentação aqui. Vai começar com a parte da Receita, que a Laressa vai estar falando para vocês.

Laressa: Bom dia a todos. Bom, o Lucas já falou, eu sou a Laressa. A gente colocou só um breve conceito do que seriam as receitas, de modo geral, para a administração pública. A gente pautou o que seriam receitas conta-correntes e receitas de capital. Porque a destinação que nós temos de cada receita, de cada recurso que entra, ela não fica aleatória. Ela tem uma destinação concreta para onde ela pode ser aplicada, de acordo como ela foi arrecadada. Dentre as receitas correntes, os tributos, que são as multas, as taxas, os impostos arrecadados. E as de capital, que são, por exemplo, nosso caso, Crédito de Carbono, é uma receita de capital nossa, que elas compõem todo o orçamento nosso, para a gente poder ter essas deliberações, como foi apresentado. Esse seria só uma ilustração de como são classificadas as receitas para nós, orçamentariamente. Como a gente consegue definir e identificar de quem pertence os valores, para onde eles podem ser destinados. São os códigos de receita que nós utilizamos, para conseguir verificar o projeto que vai ser implementado, a atividade que vai ser executada. É só para a gente não se perder, realmente, na destinação. Essas são as fases da receita, de acordo com a 4.320, que seriam a previsão do que vai ser arrecadado, que é o que o Lucas faz no orçamento, depois, a identificação desses valores, a real arrecadação dele e a apropriação que nós fazemos. A nossa casa, aqui no Verde, a gente tem, por exemplo, os preços públicos e temos os valores de depósitos que são destinados a nós.

Coordenadora Helena Magozo: Preço público é um valor que é fixado, para a cessão dos equipamentos públicos, por exemplo, para eventos no parque. Acho que a grosso modo é isso.



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

Laressa: O nosso Fundo tem a lei, que vocês já conhecem, que foi criado pela 13.155, e aí, ele diz os anexos que as receitas têm que ser controladas pela Secretaria, mas são manuseadas por Finanças. Então a gente controla tudo, mas a gente não movimenta, efetivamente, o que acontece. A gente só destina a movimentação à Finanças, que eu acho que a Amélia deve conhecer bem. O que seriam os depósitos nossos? Os nossos depósitos, eles eram, anteriormente, feitos por uma guia. Essa guia foi extinta, com a troca do sistema que nós utilizamos na contabilidade, e foi criado o chamado DRD, que é a apropriação dos valores que entram através de depósitos na conta-corrente dos Fundos, em geral. E isso só cabe aos valores de depósito. Os preços públicos são todos depositados, quando eles são pagos no código de boleto, eles são todos depositados no caixa da Prefeitura, e de lá, nós solicitamos a transferência para nós, de acordo com o código de rubrica. Uma mera ilustração de um dos depósitos, de como acontece no nosso Fundo, que é só a entrada e depois disso a gente consegue apropriar o valor através do DRD, e aí, sim, contabilizado na rubrica, no caso do depósito. No caso dos **DAMSP**, que seriam os preços públicos, eles vêm direto de transferências de Finanças, por serem depositados de primeiro em Finanças, depois transferidos para nós, como eu falei anteriormente. Um dos exemplos da nossas **DAMSP**, um dos preços públicos, por exemplo, de inspeção veicular, quando a pessoa não paga no ano anterior e é obrigada a pagar uma taxa no ano seguinte, ele é apropriado dessa forma. E essas seriam as nossas receitas pelas rubricas que nós temos. Tanto de receitas correntes, como crédito de carbono, como TCA, entre outras. As multas ambientais. A gente consegue classificar cada valor, para poder destinar depois.

Lucas: Só para estar exemplificando. Nas receitas correntes, a gente tem as multas ambientais, os termos de permissão de uso dos parques, que são as receitas correntes. Dos créditos de carbono, são as receitas provenientes dos leilões, dos créditos comercializados lá, junto à ONU. Dos TCAs é uma receita que a gente tem desde 2011, que são de Termos de Compensações Ambientais, que o empreendedor faz empreendimentos na cidade de São Paulo, com isso ele tem compensações ambientais para o manejo arbóreo, e muitas vezes, isso daí é revertido em depósito no FEMA. E a gente está usando isso para aquisição, investimento em aquisição de áreas verdes. Para estar aumentando as nossas áreas verdes no município. Fora isso, tem também a das multas por falta de inspeção ambiental veicular, que a gente está investindo na questão dos transportes sustentáveis. A gente está com o projeto junto com a Secretaria de Transporte, com a questão da modernização do sistema de trólebus da cidade. Então, essas são as principais receitas aí, que estamos ilustrando. Agora, falando um pouco da despesa, assim como as receitas, a 4.320 é a que define também, as três fases da despesa. 4.320 é a lei geral da contabilidade pública, ela é de 1964. Quais são as três fases da



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

despesa que existem, pela lei? É o empenho, que é o ato manual da autoridade competente, que (incompreensível) habilitação de pagamento pendente ou não, de implemento de condução. O que significa isso? O empenho, na verdade, ele é um ato complexo. Ele tem um ato jurídico e um contábil. O jurídico é o despacho que o titular da unidade orçamentária vai estar assinando, e vai estar comprometendo aquele recurso com aquele fornecedor. E para esse empenho, vai ser emitida uma nota de empenho, que é um documento contábil para registrar essa despesa no sistema da Prefeitura. Então é um ato casado dos dois. E a partir dele que está na obrigação e a despesa para a administração. Posteriormente ao empenho, há a liquidação. Que consiste, basicamente, na verificação daquilo que eu dou, de receber aquele valor por aquele serviço, aquele bem que ele forneceu para a administração. Então é o momento em que vai ser averiguado, medido aquele serviço, ou aquele bem que ele tenha recebido, para a gente fazer a liquidação aqui, e dar o sinal para Finanças para estar efetivando o pagamento, que é a próxima fase da despesa. Que é o pagamento. Hoje é tudo centralizado na Secretaria de Finanças, a questão do pagamento. Para a gente fazer a liquidação aqui, Finanças vai fazer o pagamento para o fornecedor. Aqui no município de São Paulo, além dessas 3 fases definidas pela lei federal, a gente tem outra etapa, que é a reserva, que é o instrumento para a gente estar gerenciando o orçamento. Ele não é uma fase da despesa, mas (incompreensível) alocando. A gente tem uma dotação orçamentária, então a gente reserva um pouco para aquele processo, conforme as demandas. Então é a forma que a gente usa para poder gerenciar. Ele é muito mais um ato lá do administrativo. Não entra como uma fase da despesa, mas no nosso sistema, você só consegue emitir uma nota de empenho após você ter o recurso reservado. Então ele entra... Como funcionam os três exemplos resumidos, um pouco do processo de como funciona essa despesa dentro do FEMA. Como ela vem. Então no caso dos editais e dos convênios, que é uma das despesas do FEMA, a gente vai ter a publicação do edital, a seleção de projetos, o parecer da CAV, a aprovação de vocês, aí vai subir para a gente para fazer a reserva de recurso. Aí depois da reserva, vai ter o empenho da despesa e a celebração do convênio. Vai ter o despacho lá, autorizando aquela despesa, vai celebrar o convênio, o convênio, pela legislação, hoje vai passar pro SEMPLA, para uma análise, depois volta para a gente, para a gente estar emitindo a nota de empenho quadrimestral, conforme o decreto de execução orçamentária. Depois disso, vai pegar toda a documentação da entidade, tudo, se estiver tudo ok, vai fazer a liquidação da despesa, automaticamente o pagamento, e depois as ONGs vêm e prestam contas. Ele é um pouquinho diferente, porque a gente acaba pagando antes, eles executam a despesa, depois prestam a conta, que é um pouco diferente do nosso rito normal, que a gente tem de contratações em geral. Se alguém tiver alguma dúvida, pode parar e perguntar. Além dos editais de convênio, a gente também tem



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

contratos, por exemplo. (incompreensível), um contrato. Não é um edital, um convênio com uma ONG. Então vai ter uma requisição de bens de serviços, com um termo de referência, isso daí vai ter um parecer técnico da CAV também, a aprovação de vocês. Toda despesa passa pela aprovação de vocês. Depois vai, posterior, para a reserva de recursos orçamentários. Aí no caso, também no (incompreensível), a gente tem caso que a gente transfere recursos para a SIURB estar fazendo obras. Então pode ser uma reserva que é uma transferência de recurso. Vai ter toda a realização do certame licitatório. Após isso vai ter o empenho da despesa e o despacho de homologação, e a emissão da nota de empenho, a celebração do contrato, a execução e as medições do contrato, a liquidação e o pagamento da despesa. Contrato de um ano, vai ser feito medições mês a mês, conforme... E também, a gente tem outra despesa no FEMA, que eu acho que é legal a gente falar, que a gente tem bastante investimento nisso, que são as desapropriações. Que aí começa com uma avaliação técnica de DESAP, o laudo daquele imóvel, depois vem para um parecer da CAV, aprovação do CONFEMA, só para a gente fazer a reserva com transferência para a DESAP, que é o órgão competente da Prefeitura para estar realizando as desapropriações. Eles vão fazer o empenho e emitindo a nota do empenho. E, depois, vão liquidar e pagar a despesa. No caso de desapropriações, pode haver, o desapropriado pode entrar na justiça caso ele não aceite aquele valor depositado em juízo pela Prefeitura, pelo imóvel dele. Ele pode recorrer, caso tenha causa ganha, pode ser que posteriormente tenha também uma diferença a ser depositada para adquirir o imóvel. Mas basicamente, é isso. Alguma dúvida?

(fala fora do microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Se identifica, viu, Alexandre? Por favor. Se identifica.

Cons. Alexandre: Na verdade é mais em relação ao processo como um todo, só para entender. O parecer técnico da CAV, quem faz, como é determinado para qual órgão vai, vai de acordo com o tema do projeto?

Coordenadora Helena Magozo: Nós temos diferentes CAVs. Por exemplo, para o edital 9, que é bem presente, os DGDs estão avaliando os projetos. Até por uma questão de organização e de demanda.. Quando a gente fala DGDs, são os Núcleos de Gestão Descentralizada, que são dez da Secretaria pela cidade. A CAV do edital 9, por exemplo, está constituída por técnicos de todas as regiões. Estão analisando por região. E são do corpo técnico dos núcleos. Geralmente são da educação ambiental. Quando você tem algum projeto que tem uma especificidade, você busca, dentro de um setor da Secretaria, ou mesmo fora da Secretaria, alguém que possa responder mais diretamente àquela temática. Isso em relação aos editais, têm sido assim. Por exemplo, o



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

edital número 8, de agricultura orgânica, já foi basicamente constituído por agrônomos, por engenheiros florestais. De repente, tinha uma interface com a educação ambiental, daí foi buscado este apoio. Daí o educador ambiental também era chamado para fazer parte. E sempre publicado. Quer dizer, sempre tem uma oficialidade, uma formalização, em relação às CAVs. Os projetos públicos, nós temos uma CAV, vocês podem até estar vendo hoje, nos projetos, que avaliam os projetos públicos. Eles são constituídos por técnicos dos diferentes departamentos aqui da Secretaria. Quando o objeto exigir um parecer diferenciado, também é chamado e publicado um técnico para fazer parte daquela CAV. Na questão das deliberações da Câmara de Compensação Ambiental, dos projetos que chegam por TCAs, A CAV é constituída por um técnico do setor financeiro, que conhece a questão de planejamento e por um técnico que também trabalha a questão do verde. Então a busca é de técnicos que têm afinidade com a temática, com o objeto que está em julgamento, em avaliação. Quer dizer, a CAV não julga, no sentido de deliberar. A CAV fornece o subsídio técnico para a deliberação do CONFEMA. Isso é importante.

Lucas: Tanto que eu coloquei ali, parecer técnico. Não falei em aprovação. Que aprovação é por conta do CONFEMA.

Secretário Executivo Rubens Borges: Só queria também fazer uma observação, ali na sequência, você colocou que após a aprovação do CONFEMA o processo vai para a reserva. Excepcionalmente esse ano, no edital 9, por conta da lei de responsabilidade fiscal, a gente tem que comprovar que os recursos estão garantidos quando a gente expede um edital. Então esse ano, por ser o último ano da gestão, e tal, a gente se preocupou em fazer a reserva do valor integral do edital, antes até da aprovação do Conselho, para que fique garantido esse recurso, para, depois da aprovação, a assinatura dos convênios. Muito provavelmente... Provavelmente não. Certamente nós não usaremos os três milhões de reserva que foram destinados para o edital, porque nós já estamos no meio do ano, os processos ainda vão passar pelo processo de análise e aprovação do Conselho. A gente não vai usar nesse ano, o valor integral do edital. Vamos usar... E o orçamento é anual. Então, nós vamos usar parcialmente. Mas os recursos foram garantidos na sua integralidade, para poder lançar o edital. Então, excepcionalmente nesse edital, a gente fez a reserva de recursos antes do processo passar pelo CONFEMA.

Coordenadora Helena Magozo: Acho que é outro esclarecimento, que é complementar sobre o edital 9, mas para deixar vocês par a par com o processo, aqui, nosso, interno. Nesse edital 9, muitas vezes a gente tem, depois de aprovado o projeto, uma série de questões do ponto de vista contábil, que às vezes a entidade tem um trabalho na área, mas a questão



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

contábil é muito específica. No edital 9, já estamos contando com a assessoria da Comissão de Prestação de Contas, para estar orientando e já estar se posicionando para o pedido de complementação, pedindo informações, ou orientando, dentro do que é possível ou não é possível. Porque a gente entende, até que com isso, a gente começa a garantir a maior eficiência nossa, não é, Rubens? Cada caso é um caso, e de repente, já chega de uma maneira que a entidade já tem clareza do que é permitido, e de como apresentar as contas. E a comissão de prestação de contas não fica com n situações singulares para estar avaliando, corrigindo, que é uma questão complicada. Então essa também foi uma novidade, dentro desse processo de avaliação do 9.

(fala fora do microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Ah, sim. Lógico. Ela está falando, nos casos que vão ter ajuste. Mas sempre tem esse olhar quando é necessário.

Lucas: Eu trouxe também para vocês, aqui, hoje, a estrutura orçamentária por parte da despesa. Como está montada a estrutura orçamentária do FEMA hoje, para a gente executar as despesas. São as dotações orçamentárias, assim como a receita, a despesa também tem toda uma codificação para se ter um controle. Hoje a gente tem uma dotação que é a realização das ações ambientais, com os tipos de despesas que têm: material de consumo, serviços de terceiros, material permanente. Nessa dotação estão alocados os recursos para a realização dos convênios com as entidades. Então, é nessa dotação que têm os recursos. A gente tem a 7.127, que é a implantação de projetos ambientais. Nessa dotação, a gente está realizando as desapropriações com as receitas de Termos de Compensações Ambientais, tem lá o elemento 61, que é a aquisição de imóveis. A gente tem a 7.105 que é a modernização da infraestrutura do sistema de trólebus da cidade de São Paulo, que a gente está utilizando com as receitas arrecadadas por falta da inspeção ambiental, das multas. Também tem outros tipos de despesas. Aí a gente já entra nas variações que a gente tem para o Crédito de Carbono. A gente tem uma, que é a 7.128, que é a implantação de parques urbanos e lineares, crédito de carbono. A gente tem a implantação dos viveiros, implantação de projetos ambientais de crédito de carbono, que é uma mais geral, que têm outros projetos, como a implantação de praças, essas intervenções no Parque Anhanguera que o Ramiro apresentou, são com os recursos dessa dotação. E uma última, que é a implantação da política municipal de mudanças climáticas de crédito de carbono. Então essa é a estrutura da despesa que a gente tem hoje, no FEMA. Aí só para dar um exemplo da codificação, como é feita, os dois primeiros números são a classificação institucional da despesa, quem executa, no caso o FEMA/94. Na unidade orçamentária do gabinete do



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

Secretário. Depois vem a classificação funcional da despesa, que é utilizada pela Secretaria Nacional do Tesouro, que é uma codificação que serve para que seja contabilizadas todas as contas nível do Brasil. Então junta todas as funções e puxa. A partir daí, já entra na classificação feita pelo município, que é a classificação programática da despesa. Qual o programa de governo que ela está inserida, que é o Cidade Mais Verde, que é o nosso principal programa, da Secretaria. E depois, vem só o projeto atividade. No caso, eu peguei aí, da implantação de parques urbanos naturais e lineares do FEMA Crédito de Carbono. Depois vem o elemento de despesa. Só para estar ilustrando para vocês como é que é essa classificação. Aí, como a gente falou anteriormente, a gente trouxe os dados resumidos, porque são milhões de dados, a gente tem isso detalhado. Depois, se vocês tiverem... A ideia é, como a gente está aqui, a gente abrir e começar a ter feedback de vocês das informações que vocês querem, também, para a gente estar aprimorando e trazendo aqui para vocês de novo. Então hoje, aqui é referente ao exercício de 2011. Aí a Laressa vai falar aqui só da parte da receita que foi arrecadada em 2011.

Laressa: Em 2011, nós tivemos em torno de uma receita de cinquenta e quatro milhões. Dentro delas, nós temos... só uma. A minha colinha aqui, que eu não lembro de cabeça todos os valores. A gente teve em média, dezenove milhões que foi do IM, que foram das multas por falta de inspeção veicular, em torno de quatro milhões que foram dos TCA, e dentre outras receitas, receitas correntes, receitas por multas ambientais, DANSPS em geral, nós tivemos em média, trinta milhões, que compõem esses em torno de cinquenta e quatro milhões que entraram o ano passado. Mais os rendimentos que nós temos da conta, chegamos num total de quase sessenta milhões. Isso em 2011. A gente já tinha um saldo anterior, da conta, que vinha de anos anteriores, que dá o suporte para a gente conseguir aprovar esses valores que vão sendo destinados durante o ano. Às vezes, pode olhar assim: *“ah, mas gastou muito mais do que arrecadou no ano.”* Mas a gente já tinha um saldo anterior, que suportava essas decisões.

Lucas: Por parte da despesa em 2011, assim como a gente arrecadou esse recurso, teve esses rendimentos na conta, a gente também teve uma despesa aí, pagando uma parte dos restos a pagar de 2010, que são empenhos realizados no exercício de 2010, que a gente faz o pagamento só em 2011. Então no fluxo de caixa do FEMA mesmo, a despesa saiu em 2011. No exercício de 2011, o pagamento efetivo. E tivemos as despesas, os pagamentos referentes ao próprio exercício, que vão dar, ao todo, vinte e oito milhões. Sobrando aí, um recurso de cinquenta e dois milhões, em 2011. Já em 2012, também a gente teve a receita, que a gente pegou o saldo da conta anterior, de quase sessenta e dois milhões, somando a conta-corrente e a conta-investimento. A gente já arrecadou... Aqui, lembrando que 2012 é até o



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

primeiro quadrimestre. Então, fecha em abril. A gente teve uma arrecadação de dez milhões, que foram 4,5 milhões de TCAs, e 5,5 milhões de receitas correntes, que é o geral. A gente teve um rendimento já...

Orador não identificado: Desculpa. Só para... As contas correntes são, por exemplo, (incompreensível) do preço público, só para eu lembrar, para conseguir acompanhar.

Lucas: De preço público, multas ambientais, taxas... o que mais?

(fala fora do microfone)

Coordenadora Helena Magoso: Fala no microfone, Laressa. Estamos gravando.

Laressa: No caso das receitas correntes, o que nós temos, por exemplo, são, no caso da Escola de Jardinagem, o valor que o aluno paga na Escola de Jardinagem, vem para o FEMA. Quando você tem uma taxa de inspeção veicular, por exemplo, o ano anterior não foi pago, também vem para o FEMA. Quando tem o termo de uso, eu vou utilizar o Parque para filmar, um filme, alguma coisa, também é pago o uso, e esses valores vêm para nós. São esses preços públicos que a gente fala que vem através dos DANSPS, que são boletos da Prefeitura.

Coordenadora Helena Magoso: Laressa, nessas correntes, também tem um recurso que é orçamentário?

Lucas: Também. Porque na verdade, essas receitas são dos serviços que a Secretaria acaba prestando para a população em geral. Então cada serviço tem uma taxa, que o decreto de preço público define o preço, conforme for, isso vai entrando tudo para o FEMA, para ser revertido em projetos ambientais.

Orador não identificado: Os créditos de carbono?

Lucas: É uma receita à parte. É outra receita. E até o momento, a gente teve uma despesa referente ao ano de 2011, de cinco milhões e duzentos, mais uma de dois milhões e duzentos, do exercício de 2012. Dos empenhos inscritos restos a pagar de 2011, a gente teve cinco milhões e duzentos, mais dois milhões e duzentos dos pagamentos referentes a esse exercício. Com isso, a gente tem um saldo atual de sessenta e quatro. A gente tem empenhos a pagar, que são empenhos feitos até abril, que a gente está fazendo, e isso vai acontecendo. Da mesma forma que o recurso vai entrando na conta, vai sendo investido, vai tendo rendimento, também tem a despesa. Isso tudo funciona dentro de um fluxo de caixa. Para a gente poder estar sempre dando a posição



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

orçamentária e financeira do FEMA, para a gente poder estar falando: “podemos gastar nisso? Podemos aprovar esse projeto?” A gente vai brecando, então conforme a gente for fazendo esse controle. Então, hoje a gente ainda teria aí, cinquenta e seis milhões... Hoje, não. Isso é referente a abril. Porque de abril até hoje, já entraram novas receitas e já saíram novas despesas. A gente teria aí, até o primeiro quadrimestre, cinquenta e seis e setecentos na conta do FEMA, disponível para a gente estar gastando. E assim vai. A ideia é a gente estar fazendo isso quadrimestralmente. É importante ter o feedback de vocês, para saber as informações mais que vocês querem, alguma coisa mais detalhada, alguma coisa específica, porque a gente traz um resumo de tudo. A gente está falando de valores bem altos aqui, então são vários fornecedores, são vários contratos, tudo. Na verdade, a gente trouxe...

Cons. Gilmar: Eu tenho ressaltado nas nossas reuniões, a importância da gente ampliar o volume de informações, que não fique apenas nesse fórum. Eu acho o Fundo Municipal do Meio Ambiente do Desenvolvimento Sustentável, hoje, um dos Fundos essenciais para a cidade. Acho que tem contribuído muito com projetos como esse, o CRAS Anhanguera, a Eletropaulo. Então tem sido muito importante, enquanto muitos Fundos que são formados no estado, no âmbito municipal, estadual, federal etc. Mas o grande problema dos Fundos é que se acumula dinheiro pela dificuldade de usar esse dinheiro. E a dificuldade de usar esse dinheiro, também o FEMA sofre do mesmo problema, e eu acho, inclusive, muito louvável essa apresentação, porque há uma dificuldade. Primeiro que os Conselhos não são formados por especialistas. São liberalistas. E a generalidade implica que você não tem um conhecimento completo do assunto. A importância dessa apresentação, ela deve ser ampliada, não só apresentada nesse fórum, mas tentar ampliar o fórum para a sociedade como um todo. Acho que talvez em outras assembleias, CADES etc., que as pessoas comecem a se familiarizar a dizer: “olha, está sendo usado dessa maneira, está sendo feito desse jeito, as dificuldades são essas...” Ou seja, a tendência é crescer desse ponto. E a tendência é ser cada vez mais importante para essa cidade de São Paulo. Nós mesmos, como tomadores do Fundo, a gente teve que aprender ao longo do tempo, a lidar com os recursos na prestação de contas etc. etc. etc. E eu ouvi esses dias, infelizmente, de uma ONG, uma organização da sociedade civil, dizendo... Eu perguntei: “vocês estão participando do edital, do novo edital do FEMA?” Falou assim: “Ah, nós não vamos participar desse edital, porque é muito complexo a prestação de contas.” E uma ONG até interessante, não vou declinar aqui o nome, mas uma ONG até conhecida. Isso é um desestímulo. Então é um desafio para todos nós, eu não estou falando só para quem está na gestão, porque afinal, todos nós somos responsáveis, que se amplie essa explicação, a forma. Eu acho muito boa essa apresentação, apesar de, como eu disse, não ser um



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

especialista no assunto, que a gente amplie isso para outros fóruns. Talvez o CADES etc., a gente possa trazer essa informação.

Lucas: Acho bem legal seu comentário. A gente está à disposição para estar sendo chamado para onde for. E a nossa ideia é disseminar isso para que vocês, como Conselheiros em outras instâncias, tenham esse conhecimento, para poder discutir realmente, e ver. Comentando assim, que nem eu apresentei, a própria despesa, ela tem vários passos, vários procedimentos. Então, isso, muitas vezes, é uma burocracia, mas muitas vezes também é um controle. A gente está falando de recurso público, e é importante um controle aí, e eu, como trabalho na área, eu defendo bastante a questão do controle. Muitas vezes, na questão dos editais das ONGs, tudo, a gente contrata eles por meio de editais. Então já não há o processo licitatório. Não estou falando que é ilegal. Não é isso. Mas exige com que a entidade também tenha um nível de organização, para que ela possa estar fazendo essa prestação de contas, para estar recebendo dinheiro público. É complicado, acontece isso? É uma coisa que todos nós temos que melhorar. Nós, enquanto gestão. A entidade também tem que se estruturar. É um jogo de lá e cá. Acho que a Helena apontou anteriormente, algumas ações que a gente já está fazendo anteriormente, para estar tentando facilitar, mas infelizmente, que nem você citou, teve esse caso, mas a ideia é a gente estar aprimorando isso, para todo mundo ganhar na coisa. O recurso tem. O FEMA é um Fundo que cresceu demais nos últimos anos aí, desde que o Eduardo Jorge assumiu aqui a Secretaria, que realmente a coisa começou a andar. Até então, ele só recebia. E muitos dos recursos como esses, que entram, caía no Tesouro, não vinha para a conta do FEMA, então a gente está tentando regularizar todo esse histórico que teve lá para trás. A gente está trazendo tudo isso... É um trabalho que é para frente, para a gente tentar aprimorar e estar trazendo. E a ideia é essa. A gente se dispôs a vir aqui no CONFEMA, primeiramente, porque é importante para vocês estarem sabendo essas informações, e a gente está disposto a... para nós, a gente também estar aprimorando, estamos vendo um modelo ideal, ou não, para estar apresentando para vocês. É isso. Estamos à disposição. Têm os nossos contatos também, no final. A gente fica à disposição de vocês, quando vocês quiserem saber informações. A nossa ideia é estar fazendo isso quadrimestralmente, para vocês. Em agosto a gente estaria fazendo mais uma nova apresentação, e depois, em dezembro, fechando o ano. Está bom? Muito obrigado.

Secretário Carlos Fortner: Queria só fazer um comentário em cima disso. Quer dizer, me incomoda, por exemplo, vendo a ordem e grandeza do saldo ali, me incomoda. Porque eu acho que o dinheiro público, a gente tem que estar usando e bem usado. Dinheiro parado é sempre aquele problema. Quer fazer a desapropriação, ano que vem custa mais caro... Quer dizer, o dinheiro vai



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

desaparecendo. Então acho que tem que gastar sim, e gastar bem gasto. Hoje, gastar bem gasto, é toda essa burocracia que tem em volta. Antes de (incompreensível) passar para mim, para eu assinar todos esses contratos dos convênios. Então eu tomei conhecimento, tomei contato com essa burocracia toda que tem. E de fato, é complicado. É complicado, porque você está pagando na frente, para depois o parceiro prestar contas. Então existe toda uma responsabilidade de um dinheiro que não é nosso. É um dinheiro público. Então tem que ter bastante critério, bastante cuidado. O que pode gerar uma impressão de que é muito complicado. Se dá para simplificar alguma coisa? Talvez até dê para otimizar, para mostrar mais fácil, mas não dá para simplificar, também, demais, pela responsabilidade que isso tem. Então, precisaria ver também o outro lado, essa ONG que comentou isso, aonde foi a dificuldade dela? Pode ser que ele não tenha um documento que tenha que apresentar, e não consegue apresentar aquele documento. Ou tenha alguma pendência lá, que não consegue torná-lo elegível ao programa. Então tem que olhar isso. É complicado, sim.

Cons. Gilmar -Não é nenhuma crítica, Secretário. Até porque eu sempre experimentei os dois lados, e entendo a sua colocação perfeitamente. E já me vi quase na posição. Mas o que a gente luta, é exatamente para que esse processo de aprendizagem, de educação, ele seja cada vez maior. É muito difícil. Nós ainda temos, com toda nossa dificuldade, nós (incompreensível), nós temos pessoas do nosso lado, que são versadas no assunto, e atuam, às vezes, em uma função específica, e encontram dificuldades. Mas não é no FEMA. É qualquer Fundo, ele tem uma série de dificuldades. Então o desafio está exatamente nisso. Nós temos o mais importante que é o recurso, que você mostrou. E eu vejo empenho de todos os técnicos envolvidos na gestão, de ajudar, e aqui fazer um elogio à atual gestão, que tem uma paciência conosco, e uma ajuda em um dos projetos que a gente tomou, quer dizer, é um pequeno projeto, que dá um trabalho lascado, que nós envolvemos obras, e a gente não entendia nada de obra. Enfim, entendia um pouco de educação ambiental. Então, é mais uma questão de estimular que a gente consiga arrumar instrumentos, formas de clarear. Eu vejo, por exemplo, às vezes algumas discussões, dos nossos membros, lá da (incompreensível), e vejo que tem um aprendizado mútuo. A gente traz uma colaboração: *“espera aí, nós não vimos dessa maneira...”*, e de repente, isso, como a Helena colocou, já é um aprimoramento. Quantos anos tem o Fundo? Quantos anos tem o Fundo?

(fala fora do microfone)

Cons. Gilmar: Então, essa colocação sobre que o fundo cresceu e começou a ser utilizado como Fundo, o senhor sabe muito bem que tem muitos fundos que têm uma enormidade de dinheiro. Nós nem sabemos onde está esse dinheiro,



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

como está sendo feito com o dinheiro. Alguns poucos iniciados cobrem assim: *“olha, tem um Fundo de direitos difusos...”* Uma coisa assim. É tão difuso que ninguém sabe o que... É difuso, mesmo. Ninguém conhece. Então transformar o FEMA em um exemplo, eu acho que é um desafio muito grande. Essa equipe aqui, eu sou testemunha que um grupo pequeno aí, se desdobra, para poder botar o Fundo na rua. Então, não é uma crítica. É apenas uma colaboração.

Secretário Carlos Fortner: Não entendi como crítica. Eu sei que é difícil. Eu venho da iniciativa privada. Então eu estou no poder público agora, são quase 4 anos. Mas eu, quando entrei, justamente a minha crítica ao poder público era essa: *“É tudo tão difícil. Tão emperrado.”* E é difícil mesmo. Porque é diferente da gente estar usando o dinheiro particular da gente, um dinheiro de empresa. Está tratando com dinheiro público. Então tem que ter muita responsabilidade nisso. Agora, eu acho importante essa apresentação que o Lucas e a Laressa fazem, porque a gente recebeu: *“olha, tem lá, tem cinquenta e tantos milhões. Então tem que gastar isso aqui. Vamos ver o que a gente tem que fazer para...”*

Laressa: Só lembrando. Desses cinquenta e seis, na verdade, eles não estão livres realmente. Eles já estão destinados. Cada X desses cinquenta e seis já tem uma destinação. Não estão realmente libertos, assim, soltos para nada.

Secretário Carlos Fortner: É que se (incompreensível). Veja o caso que nós tratamos na última reunião, daqueles valores para desapropriação. Hoje, com tanta desapropriação... A Laressa está acompanhando isso aí.

Laressa: A gente tem quase dois milhões de desapropriação.

Secretário Carlos Fortner: Disponíveis? Não, disponíveis tem mais.

Laressa: Que já foram realizadas.

Secretário Carlos Fortner: Não. Que já foram realizadas. Quanto tem hoje, disponível?

Laressa: Tem em torno de 8 milhões.

Secretário Carlos Fortner: 8 milhões disponíveis. A gente tem os processos para fazer as desapropriações. Cada processo passa por uma série de etapas. A gente tem que dar o parecer, tem que analisar, tem que ver se o processo está completo etc. Então me incomoda ter, por exemplo, 9 milhões de desapropriação, e eu não consigo desapropriar, o processo não andou, o processo faltou algum negócio, tem uma explicação lá, que está errada, tem alguma coisa que precisa melhorar. Na semana retrasada, que a gente fez uma reunião, que deliberou para desapropriação, era para nessa reunião, a gente



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

ter outros para poder liberar. Os processos não se concluíram. Não chegaram. Não estão prontos. Faltou alguma coisa. Precisa corrigir um negócio. Então tem toda uma formalidade que precisa ser cumprida. E aquilo que eu falei na reunião anterior, que me incomoda de passar o ano e mudar o preço, a gente perder dinheiro, porque a valoração do imóvel mudou, continua me incomodando. Incomoda bastante. Precisa gastar, e precisa gastar bem. Então é importante a gente estar atualizado nisso aí. Antes não tinha a Laressa acompanhando o fundo. Então hoje tem uma pessoa dedicada a isso, o Fundo está acompanhado. Acho que ela tem feito um bom trabalho lá. A gente sabe quanto dinheiro tem e aonde está o dinheiro. Então para não ter essa situação de ter um Fundo difuso, dinheiro difuso, aí, também sem saber.

Cons. Cecília: Eu gostaria de falar uma coisa. Eu não entendi quando você fala assim: que o problema é dar o dinheiro primeiro e ver o resultado, a prestação de contas depois. Porque eu não consigo imaginar outra maneira, diferente dessa. Eu acho que só tem essa.

Secretário Carlos Fortner: Só tem essa.

Cons. Cecília: Então...

Secretário Carlos Fortner: A menos que seja um contrato de obra, alguma coisa assim, que você contrata um serviço e você vai pagar no recebimento.

Cons. Cecília: Então, além do mais, porque, se houver qualquer problema, aquele que empenhou... aquele que está prestando contas, ele devolve.

Secretário Carlos Fortner: Exato. Ele tem as obrigações.

Cons. Cecília: Eu não vejo problema nisso, primeiro. A dificuldade que eu sinto, é assim: que eu acho que falta a confiança nos projetos e nos parceiros. Agora, a outra dificuldade que eu vejo, é assim: lá na nossa associação, tivemos, em 2011, dois projetos. Um que foi pelo FEMA, outro que foi pelo Ponto de Cultura, que é uma iniciativa do Ministério da Cultura, em parceria... agora, o parceiro foi a Secretaria Estadual de Cultura. A prestação de contas, ela é completamente diferente. Então, a dificuldade... é o meu depoimento, vamos dizer assim, não quero chegar a conclusão nenhuma, e nem acusar ninguém. Não é nesse sentido. Mas a dificuldade que a nossa ONG teve, é: a prestação de contas com o FEMA, ela vai ficando imensa, imensa, enorme e vai acumulando, acumulando, acumulando. Agora a gente foi fazer o imposto de renda que, em 2012, a gente faz o imposto de renda de 2011. Sabe na prática, o que aconteceu? A do Ponto de Cultura ficou fácil de ver o que entrou, o que saiu, em cada mês, tudo tão claro. Aí a gente pegou o do FEMA, aqueles montes de papéis, montes de relatórios, a gente não conseguia achar nada.



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

Gente, é essa a dificuldade prática. Eu acho que Ponto de Cultura está sendo levado para outros países, e é transparente, está ali, e não é essa prestação de contas. Eu achei assim, muito difícil, muito complicado. Nossa! Agora, o terceiro comentário que eu queria fazer. Eu sou nova nesse... Eu fico feliz com isso que eu estou vendo. Eu estou vendo uma transparência. Eu estou vendo assim, uma boa vontade, eu estou encantada com o pessoal da Secretaria, eu admirei o Secretário Eduardo Jorge, eu falo isso publicamente, e também, estou muito feliz de conhecer os processos. Já venho conhecendo isso nas reuniões anteriores. Agora, uma coisa que eu acho que eu percebi na reunião passada, até ia falar para o Alexandre isso, surgiu alguma dúvida lá, em alguma aprovação, aí, alguma coisa assim: *“não, mas é só cento e poucos mil...”* Ou hoje mesmo, quando apareceu a AES Eletropaulo para colocar lá, para os viveiros lá, de animais, não sei o que lá, cento e poucos mil. E a gente aprovou. A gente aprovou, não foi? No entanto, se é para uma ONG, a gente tem que detalhar cada um real. A gente devolve cinquenta reais. Então, eu não sei, assim, na minha posição aqui, eu não fiquei sabendo, exatamente, quanto que era de cabo, quanto que era de mão de obra, quanto que era de capital. Eu não... E eu não fico vendo... porque sabe, lá no Ponto de Cultura, a gente é obrigado a fazer três orçamentos de qualquer equipamento, a gente é obrigado a fazer três orçamentos, comprar do mais barato, guardar isso. Então, nesses projetos, eu não sei se é falha minha, mas eu não vi assim, três orçamentos para comprar isso, três orçamentos... Então eu acho assim... então, é isso que eu acho. Acho que a gente aqui, primeiro, a gente desconfia muito da ONGs. Para dar, na nossa ONG, foi cento e seis mil, que a gente ganhou, para fazer um projeto de um ano, que teve muitas atividades que foram publicadas, houveram resultados, audiências públicas, houve DUP, houve um monte de coisa que foi resultado. Houve peças de teatro, que foram apresentadas. Houve simpósio, houve resultados publicados. Essa qualidade. E os cento e seis mil, a gente teve mesmo que justificar, e coisas incríveis, porque, imagina só, a gente, para fazer um projeto, eu preciso dizer isso daqui, a gente pegou uma pessoa da comunidade para nos ajudar a fazer a prestação de contas. A nossa comunidade, ela se propôs a fazer um projeto, ela fez o projeto. E a gente escolheu... É igual. A gente tem uma orquestra de berimbaus. São pessoas da comunidade que participam dessa orquestra. Não são músicos que têm CREA, que têm OMB. Não têm OMB. A gente foi lá na Ordem dos Músicos, a gente pediu uma licença para músicos que não são músicos profissionais, são pessoas que têm outras atividades e que participam da orquestra. E a gente pôs, para nos ajudar na prestação de contas, uma pessoa da comunidade. E ela trabalhava com alimentação. Com alimentos, durante o dia. Mas ela nos ajudava. Ela ganhou quinhentos reais em um mês, quinhentos reais no outro. E ela deu nota fiscal dos quinhentos e quinhentos, para prestar contas. Sabe o que aconteceu? A Secretaria não aceitou, porque a nota era de quem trabalha com alimento, e quem não trabalha... A gente não tem quem



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

trabalha com dinheiro. A gente não tem. A gente não tem advogado. A gente é uma comunidade cultural. Sabe o que aconteceu? A gente já tinha pagado essa moça, e a gente teve que devolver. Como? Como? Não. Eu acho assim: eu estou feliz de estar aqui no CONFEMA. Eu estou aprendendo muitas coisas. Eu estou acreditando nas pessoas. Mas quando a gente vê em pinceladas gerais, assim... Agora, na prática, na prática, é isso que eu estou falando. Os relatórios que a gente faz para o Ponto de Cultura, fácil. A gente encontra tudo. A gente vê tudo. Os relatórios que a gente fez para o FEMA, é tão complicado da gente encontrar quanto que entrou, quanto que saiu, a gente... Gente, eu acho assim: eu não sei, eu gostei da sua aula. Mas na prática, se quiser, eu te ensino como é que dá para fazer melhor. Não o seu. Mas o da ONG, eu posso ensinar como dá para fazer melhor. E eu acho o seguinte: dá para a gente ir lá, sim, e falar que os quinhentos reais que a ONG pagou, a moça trabalhou, o resultado está ali. Por quê? Porque a gente foi na OMB hoje. A Ordem dos Músicos nos respeita. A gente pode colocar quem não é músico, da comunidade, para trabalhar. Então como é que a gente não pode colocar quem não é contador, para nos ajudar? Bom, desculpa se eu falei demais.

Coordenadora Helena Magozo: Alexandre, por favor. Depois eu queria dar um esclarecimento.

Cons. Alexandre: Essa fala da Cecília é bem importante. É um desafio grande mesmo, acho que tanto a administração quanto as ONGs, estão pela frente. O que eu consigo enxergar, por exemplo, da nossa realidade, é a gente apanhou um bocado também, nos primeiros meses do projeto que a gente acabou de apresentar agora. Por coisas que a gente não conhecia, não tinha experiência, e por algumas coisas que também, ainda, o pessoal não sabia, do FEMA mesmo, ainda não tinha certeza do que podia fazer, do que não podia. A gente conseguiu resolver isso, mas de forma própria. A gente tem integrantes do grupo que já tinha uma experiência de iniciativa privada, que cuida da parte administrativa. E a gente tem uma assessoria contábil. Só que têm duas coisas importantes, aí. A assessoria contábil faz para a gente um preço de amigo, não é preço de mercado, porque tem o contato de uma assessoria que também tem um escritório de contabilidade que também tem projeto social, e faz um preço à parte. E a gente trabalha muito voluntariamente. Então é uma coisa importante, também. O preço, até do trabalho do integrante que cuida do administrativo, é voluntário. É importante, a gente tenta estruturar... O preço é correto, na verdade, é abaixo do mercado, que é o preço de trabalho dele, melhor dizendo, e ele ainda faz trabalho voluntário, além disso. É importante a gente orçar isso nos projetos, mas aí, aos poucos, dentro da nossa maturidade e do entendimento, também, dos Fundos, entender que isso custa dinheiro. Isso vai redundar a gente diminuir, por exemplo, a quantidade de atividades propostas, para conseguir ter esse suporte profissional.



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

Cons. Cecília: Alexandre...

Alexandre: Tivemos que pagar, por exemplo, novecentos reais por mês, para um escritório de contabilidade, para fazer só o básico, que seria mais ou menos uma assessoria contábil, mais sei lá, o que seria um salário de mercado para a parte administrativa, isso já vai um terço do meu orçamento de projeto. Claro, nesse sentido, é menos atividades, menos oficinas que eu vou dar.

Cecília: Agora, Alexandre, deixa eu só acrescentar. No nosso projeto, na nossa associação, tem uma economista, que é a Sônia Hamburger, que a Helena e o Rubens conhecem, e ela faz administração de cinemas. Sabe? Cinema trabalha... Não é projeto de cem mil, igual o nosso. É projeto de dois milhões, é projetos de muito mais dinheiro. Ela é uma excelente administradora. Ela que acabou fazendo todas as nossas prestações de contas financeiras, ela pegou na unha, e ela não ganhou um real. Não ganhou. Agora, veja bem, na prática, a gente precisa alguém que vai lá, faz o artista assinar o recibo, imprime o recibo, coloca na pasta, essa coisa que é quase diária. Para isso, a gente pôs uma pessoa da comunidade, por quê? É um projeto de educação. Agora, na hora que a gente pagou quinhentos reais para essa pessoa que fez, não a administração, não fez nem o relatório financeiro não, porque a Sônia Hamburger que fez toda essa parte de contabilidade, orientou, disse como que tinha que ser os recibos, qual era a lei, como que procedia. Agora, a gente pegou alguém da comunidade, para quê? Para fazer essa administração, levar os recibos, guardar na pasta, fazer todo esse acompanhamento, e a gente não pode pagar ela. Sabe por quê? Porque a nota fiscal dela era... Gente, a gente tem que ir onde quem está fazendo isso. Ou então, a gente tem que conversar aqui, no FEMA, se isso pode ou não pode, em um projeto de educação ambiental, uma pessoa da comunidade não pode trabalhar no projeto para fazer isso daí? A gente tem que ir, tem que ir para adiante, tem que ver para adiante, entendeu? Sabe o que aconteceu? O dinheiro que a gente deu, porque isso, senhor Secretário Carlos, desculpa falar assim, por quê? Assim como você falou do problema de dar o dinheiro primeiro, para depois... a gente também deu o dinheiro a ela. A gente pagou como sendo justo, porque o dinheiro foi depositado na conta, olha só essa equação. O dinheiro é depositado na conta da ONG. Aí a ONG, ela atua da maneira como ela entende que tem que atuar. Aí ela vai e presta contas. E depois que deu o dinheiro, a Secretaria falou: *“não, não podia dar, porque embora ela tenha trabalhado, a nota fiscal, não sei quem não pode aceitar essa nota fiscal.”* E sabe o que foi pior? A gente foi em uma assessoria de contabilidade, pegou uma nota de uma contabilidade, para justificar lá, pagou imposto sobre isso, e sabe o que aconteceu? *“Ah, essa nota não está no nome da pessoa que recebeu, que está aqui o recibo.”* Sabe o que aconteceu? A gente perdeu duas vezes. A gente perdeu os mil que a gente tinha dado para a



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

moça, e ainda perdeu o imposto que a gente pagou para a contabilidade. Olha, veja se isso não é difícil para uma ONG. É muito difícil.

Coordenadora Helena Magozo: Cecília, o que eu quero dizer é o seguinte: Amélia, depois te passo a palavra, que você já levantou a mão faz tempo. O que acontece, gente? Efetivamente, como o Lucas colocou, nós também nos colocamos, no lugar das entidades, há um interesse grande da gente chegar... a um ponto comum e de ninguém exigir o que não é exigível. Pela fala, está parecendo que exigimos o que não deveria ser exigido. Primeira questão, a lei que cria as ONGs. Nós tivemos um problema que nós não tínhamos levantado. O TCM levantou em relação a uma determinada entidade. Nós não estávamos voltados para aquilo, porque a gente achou que uma determinada contratação não teria problema. Quando você vai olhar a lei que cria as ONGs, se você observa atentamente, é quase uma proposição da ONG, o que eu acho que não é realista, realmente, mas é quase proposição da ONG, exercer um trabalho voluntário. Eu sei que não é assim que a vida funciona. Mas eu gostaria que vocês, primeiro, olhassem a lei que cria as Organizações Não Governamentais. Porque a gente se viu em uma situação em que tivemos que glosar uma entidade, que a gente entendeu que não havia problema naquele tipo de despesa, quando se recorreu a uma questão jurídica. Cecília, o que eu quero dizer é o seguinte: desde que o Secretário Eduardo Jorge chegou, ele falou: *“Helena, os Fundos de Meio Ambiente, no Brasil não funcionam, não saem do papel, o FEMA precisa funcionar.”* Eu já participei, nós participamos de colegiados de Fundos do Brasil, de Meio Ambiente e a maioria absoluta não funcionam. Ou muitas vezes funcionam para despesas internas das próprias Secretarias. Quer dizer, eles servem de estruturação das secretarias e órgãos de meio ambiente. Então, o desafio foi fazer o FEMA funcionar, num primeiro momento. Eu diria que todo o aparato administrativo e legislativo para a questão dos convênios com as ONGs, exige uma determinação muito forte dos dois lados, para que os convênios possam ocorrer. Eu não digo que é fácil. Não é fácil para nós, e nem é fácil para as ONGs. Agora, o que é muito importante para estar funcionando, é dizer: *“olha, do que nós conseguimos avançar, o regramento é esse.”* Essa situação que você colocou. Eu já tinha me reportado anteriormente. Já na avaliação, com a experiência, com o olhar que nós temos hoje, porque nós aprendemos à medida que os projetos foram executados, porque não tem lição de casa nessa história. Tem uma lição de querer fazer funcionar de não criar problema, nem para a ONG e nem para nós, quer dizer, dentro do aparato legal. Já na avaliação, essas questões nos parecem indicativas de coisas que nós avançamos, de coisas que nós não avançamos, porque o Tribunal de Contas coloca limites, é rigoroso. Então, quer dizer, dentro do possível, nos colocamos as questões e procuramos chegar a um ponto de equilíbrio; não é que não vão escapar questões que a gente pode não ter vivido, ainda. Porque às vezes, têm projetos tão específicos, que são



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

questões novas que se colocam. Mas é: do que nós temos experiência, essas questões que você falou, são exemplares. A questão que o Alexandre falou também. Quer dizer, de repente, eu tenho uma portaria e um decreto regulamentador, que diz que não se pode aceitar despesa administrativa. Vem o Tribunal de Contas e questiona. Então quer dizer, quando pode, quando não pode? De repente, é do projeto, essa questão administrativa, por exemplo, na questão dos resíduos, de apoio à cooperativa, se aceita, deixar muito claro e tentar, nesse diálogo com as entidades, também ouvindo as entidades, quais são os limites nossos, nessa questão administrativa/financeira, e quais são os limites das entidades. Porque a gente está em uma construção, gente, sinceramente falando. É importante colocar claramente, quantas vezes for necessário, o regramento para que ambas as partes saibam a que estão se submetendo. É um pouco isso que eu queria estar falando. Lucas... E a Amélia também está na fila para se manifestar.

Lucas: Eu queria só fazer um comentário...

Cons. Cecília: Eu só queria responder, só um pouquinho...

Lucas: Não, que ele vai casar. Que eu acho que é importante a gente mostrar um pouco o outro lado da moeda, também, que é o nosso. Que a gente chamou (incompreensível).

Cecília: Eu acho que sim. Mas é uma coisa específica que eu queria responder um pouquinho a ela. Que depois você coloca na forma geral. Eu só quero deixar claro aqui, que a administração da ONG é diferente de um trabalho específico para cuidar do projeto. Por exemplo, a gente pode...

(falas sobrepostas)

Coordenadora Helena Magozo: (incompreensível).

Cons. Cecília: Espera. Espera um pouquinho. A gente está fazendo, por exemplo, o imposto de renda da ONG. Isso, absolutamente voluntário. A gente não ninguém pagando nosso trabalho, não. Quem faz a administração, quem junta o Ponto de Cultura com o FEMA, dentro da nossa ONG? É a gente quem faz essa administração. A gente não está ganhando para fazer, não. Vamos deixar claro. A nossa administração. Agora, uma pessoa para administrar, que é ir lá na reunião do teatro, pagar todo mundo, dar o cheque, fazer o cheque, retirar o cheque, fazer a cópia do cheque para juntar, depois fazer o recibo, imprimir, é coisa assim, não é uma administração da ONG. Não é. Por quê? Pode pensar que a gente está querendo ganhar para administrar a ONG. Eu só quero esclarecer isso. A nossa ONG, ninguém... Os diretores, eles não estão ganhando para administrar a ONG. O que a gente colocou ali, é um trabalho



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

real, porque tenha 30 pessoas trabalhando no projeto, você tem que imprimir 30 recibos, 30 cheques, 30 não sei o quê. Nota de compra de material, e não sei mais o quê, e não sei mais o quê. Tem que ter alguém para tomar conta disso daí. Saber o RG, CPF, fazer o cadastro, não sei o quê, não sei o quê, do projeto. E outra coisa, tanto o FEMA paga, que na hora que a gente pôs lá, o escritório de contabilidade, mais adiante, pagou... então, ele coloca, paga. O problema que o FEMA levantou é que a pessoa que a gente colocou para trabalhar, era uma pessoa que era uma pessoa da comunidade, ela era uma cozinheira. Não sei. Ela era ótima. Ela estava crescendo com aquilo. A gente achou... Inclusive, ela era até... Já tinha feito outras... sabe? Então o problema não é que o FEMA não paga pela administração. Tanto é que pagou, depois. O problema, como a gente não consegue colocar, na pessoa da comunidade, que não tem o diploma de contador, para cuidar disso que a gente acha que ela tem condição para cuidar?

Coordenadora Helena Magozo: Cecília, eu vou dizer o seguinte para você: até na citação que você fez, foi um esforço para não inviabilizar o projeto. E eu não vou responder a questões específicas, ou da Alma, ou do Morro do Querosene. Não cabe. O que eu acho é o seguinte: uma proposta que eu tenho de encaminhamento em relação a essa questão, que a gente precisa ouvir o que vocês estão falando. Vocês representam as ONGs. Vocês estão falando de uma necessidade de melhor esclarecimento ou de um diálogo, que a gente tem que atender. É para isso que vocês têm representação aqui. O que eu estaria propondo, é o seguinte: quando nós tivermos as entidades que vão estar desenvolvendo, vão estar fechando os convênios, a gente faz uma reunião com todas elas, pode ser no próprio fórum do CONFEMA, com vocês presentes, para a gente ter essa interlocução e esse aprimoramento colocado. A gente já faz isso individualmente, talvez a gente possa fazer em um processo coletivo, antes da assinatura do convênio, ou assim que assine o convênio, para que a gente dirima essas questões que a gente já está tentando dirimir agora, como eu falei, no próprio processo de avaliação e esclarecimento das entidades. A Amélia faz tempo que está levantando a mão, depois o Lucas e a gente...

Cons. Amélia: É o seguinte: eu até já havia comentado com o Lucas anteriormente, que eu converso muito com ele. É a respeito da conta bancária do FEMA, que ela é específica. Atualmente, a gente tem uma conta só. Seria conveniente talvez, não sei se você já está providenciando, fazer a conta bancária separada do Crédito de Carbono. Porque quando chega o pedido lá, nós temos que ficar vendo quanto tem de saldo de Crédito de Carbono, e nós não temos como ver. Isso é muito difícil. Nós temos dois pedidos lá, agora, que a gente tem que mandar para SIF. Sabemos que tem, acho que noventa milhões, atualmente, de saldo financeiro na conta específica do Fundo, foi o



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

que a SUTEM informou. Então, você mostrou lá, até maio, cinquenta. Na verdade, ontem ele mandou a informação e o extrato, dizendo que tem noventa. E eu não sei... É. Exato. Tem esse período. É. Então, não sei se você já tem a conta separada, até facilita bem. O que você pedir de crédito de carbono, pediria separadamente, e facilitaria para liberar rápido o processo. Porque aí vem um pedido do FEMA com um e vem misturado com o de Crédito de Carbono. Aí, para nós, fica difícil de analisar...

Coordenadora Helena Magozo: É a Secretaria de Planejamento que a Amélia representa.

Cons. Amélia: Eu tenho que mandar para Finanças. Porque eles querem saber se eu vou liberar alguma coisa que tem o saldo financeiro lá. Então isso atrasa um pouquinho. Tanto que esses dois processos, eles estão... isso está em finanças, e a gente está aguardando. Sei que tem recurso suficiente, mas eu não tenho como ficar, toda vez que vocês pedem, liberando direto, porque chega lá, eles precisam ter essa informação.

Laressa: Respondendo essa questão, nós fizemos ofícios. A Secretaria de Finanças, mais especificamente o setor de (incompreensível), que é o setor disponível, solicitando que fossem abertas contas para a gente poder separar os recursos. Uma conta para crédito de carbono, uma conta para TCA, que também é muito específica, a entrada e a destinação, e foi negado. Foi negado, porque eles entendem que não tem necessidade disso. Nós pautamos a necessidade, foi assinada pelo Secretário, destinada ao Secretário de Finanças, e eles disseram que não há necessidade, que para eles não seria conveniente, funcional para eles. Eu conversei ontem, novamente, porventura, sobre isso, com o Henrique, lá de Finanças, do (incompreensível), e eu pautei isso para ele, porque a gente tem uma dificuldade. A conta do FEMA, como ela abriga todos os recursos, e cada recurso tem o seu rendimento, sua especificação, a gente não consegue mensurar, com exatidão, o que cada recurso realmente rendeu ou quanto realmente foi utilizado. A gente faz uma estimativa, e a gente faz controles em instrumentos como Excel, para conseguir verificar de quem pertence o quê. E eu pautei para ele que a gente tem essa dificuldade, porque tem valores antigos da conta, desde quando abriu essa conta, que a gente não teve aplicação do valor em conta de investimento. Ou não sabe, na hora de aplicar ou de gastar, como são eles que fazem os pagamentos, não tem lá certinho de quem que saiu. Sai do bolo geral. E a gente pautou novamente, dizendo a nossa dificuldade, e a gente vai reencaminhar um ofício, mais detalhado, pautando essa nossa dificuldade, para a gente conseguir destinar, realmente, o que é de cada um. Que foi o que a gente teve uma dificuldade, o Fundo é obrigado a fazer um balanço, tanto financeiro e orçamentário, publicado mensalmente, deveria ser publicado



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

mensalmente, de acordo com a normativa da própria Secretaria de Finanças. Só que a gente tem uma pauta de... que não foi... Não só nós, mas eu conversei com outros Fundos também... tanto o Fundo da Assistência Social, como o Funcad e alguns outros, que os relatórios do sistema, onde eles contabilizam as coisas, não bate certamente com a conta-corrente, por essas demandas. E aí, a gente teve a dificuldade de fechar esse balanço, para realmente utilizar os valores corretos, contabilizados, oficiais, e a gente pediu para eles, porque a gente não conseguia fechar. Tanto que não foi publicado. Não só nosso, mas nenhum outro Fundo conseguiu publicar, realmente, o balanço de cada Fundo, por conta dessas dificuldades. Mas por enquanto, foi negado. A gente já pediu, mas foi negado.

Cons. Amélia: Eu acho que é importante, porque o Crédito de Carbono, você só pode aplicar em determinados projetos.

Laressa: TCA também.

Cons. Amélia: O TCA também. Isso é importante. Acho que (incompreensível).

Laressa: Inspeção veicular também. A gente pediu uma conta também para Inspeção Veicular, também. Não tivemos crédito.

Cons. Cecília: Sabe uma sugestão que eu eu proponho? Chamar o pessoal do Tribunal de contas. Porque esse espaço aqui é um espaço de um Conselho. Por exemplo, essa troca, parece que a gente está brigando, mas não é propriamente isso. Eu não estou querendo brigar com a Helena. Eu não tenho nenhum motivo para isso, nada. Mas eu acho assim, é uma oportunidade, vamos dizer, da gente dizer as nossas dificuldades e procurar uma evolução. E eu acho que a gente convidar, fica uma proposta de pauta, a gente convidar o pessoal de Finanças, para que venha cá, nos explicar o porquê, quais os motivos que ele tem, propriamente, para que ele queira só uma conta. E aí, a gente também pode explicar melhor os nossos motivos. Eu acho que conversar. Fica aí minha proposta. Vamos chamar Finanças. A mesma coisa: vamos chamar o TCM, vamos chamar lá, aqueles que impediram aquele recibo. Vamos explicar para eles o que é uma educação ambiental, por que foram gastos aqueles quinhentos reais. Vamos fazer desse espaço, mesmo, um espaço, não só para a gente ficar... Fica aí, minha...

Lucas: Só para voltar, que pode convergir até para isso. Por quê? Qual que é o outro lado da moeda? A gente toma muito na cabeça por conta do TCM, que é a nossa auditoria externa, que a gente tem. Eu não conheço seu caso específico, dessa questão que você colocou, é emblemática, mas a gente aqui, pelo outro lado, a gente toma. No sentido que o próprio Secretário disse naquele momento, não é na questão só da desconfiança da ONG. É porque a



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

gente já tomou muito na cabeça, e é a gente que responde depois. Não só a instituição, a Secretaria, mas as pessoas que estão nos lugares, por coisas que a gente também julgou que é importante, mas depois vem um auditor do Tribunal de Contas, ele não quer saber, se foi gasto administrativo com o projeto, ou administrativo da ONG. Ele vai e vai mandar. E a gente que responde por isso. Então assim, eu acho legal a gente aprimorar e conversar, até para a gente ver outros modelos. A gente já está vendo outros modelos de outros Fundos aqui, de prestação de contas, para a gente estar aprimorando o nosso também. Que é um trabalho, nosso, que a gente vem caminhando.

Coordenadora Helena Magozo: Só complementando o que o Lucas falou, dentro desse caminho, de buscar as possibilidades e as necessidades de controle nesse sentido, que a gente também é cobrado, e a própria ONG pode ser cobrada, o Rubens, a Nísia, a Laressa estão percorrendo outros Fundos, e colocando algumas das nossas dúvidas, para ver como esses fundos respondem e avaliam aquilo. Isso já tem sido um caminho, no sentido até, de gerar uma portaria mesmo, assinada pelo Secretário, que coloque aquilo que é exigência claramente, de uma forma objetiva e dialogada.

Laressa: Pautando nessa parte que você falou, de primeiro que vocês recebem o dinheiro e depois prestam conta, para nós, é uma dificuldade. Na Assistência Social, eu digo por propriedade, em alguns casos, dependendo da fonte de recurso que é destinada para pagar as ONGs, primeiro a ONG executa, depois ela recebe. E às vezes recebe um mês depois do que ela já tinha feito. E está na legislação. Porque é uma contrapartida. Aqui, não. A gente nem tem contrapartida. Lá, é no mínimo 50% da contrapartida. Então primeiro executa, depois recebe. E a prestação de contas de lá é muito mais difícil. Muito mais. O preenchimento dele é muito mais complexo. Eu sei que daqui é complexo também. Mas o de lá, a Nísia viu. Tem a Portaria 46, é um manual deste tamanho para as ONGs, o Rubens viu, ela tem, pelo menos, acho que umas 300 páginas. Pelo menos. Que é a prestação de contas da ONG com o Fundo é baseada naquilo. É muito mais complexo. Daqui, eu acho que é fichinha perto do que é feito lá. Que a gente conseguiu visualizar.

Secretário Carlos Fortner: Deixa eu só fazer um comentário. Do jeito que o Lucas falou, que o Tribunal de Contas, o TCM cai em cima da gente, está parecendo que a gente está fazendo tudo errado, aqui. Não é isso. Eu queria falar duas coisas. Primeiro, o caso da AES, que a senhora mencionou, por que no caso da AES não está lá discriminado centavo por centavo? Bom, primeiro, porque no caso da AES, não dá para escolher outra. Infelizmente, a gente é obrigado a fazer com a AES. Então tem que ser com eles. Quer dizer, vem o preço deles no projeto, no pedido da ligação da rede, e vai ter que arcar com aquilo. Não tem jeito. Quando veio o primeiro preço, que é lá dos três milhões e



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

tanto, falei: *“não tem cabimento. Não vou gastar três milhões e meio para colocar aquela rede agora.”* Vamos deixar isso mais para frente e fazer funcionar de outra maneira. Que essa é a solução. Então esse preço vem, a gente é obrigado a aceitar. Na verdade, funciona assim, eles dão a planilha, claro, eles demonstram o preço, mas é o preço deles. Quando tem a sua casa, que vai construir a casa, vai pedir a ligação, a Eletropaulo vai vir: *“custa tanto.”* Se não pagar, não liga. Na verdade, é isso. Então, fica amarrado nesse aspecto. No caso dos demais projetos, eu entendi, tem a pessoa que fez o serviço, aí a nota não era dele. Aí é uma questão de formalidade, realmente existe uma dificuldade disso, porque pode ter uma relação de confiança. Agora, em se tratando de dinheiro público e poder público, a relação de confiança não... tem a formalidade, tem a lei que tem que ser cumprida. Então se não dá aquele recibo, aquela nota, tal, ok. Talvez tenha sido insuficientemente explicado na ocasião. Então, precisaria talvez, (incompreensível) ter mais... uma troca de experiências. Quer dizer, o pessoal estar aberto aqui, para ouvir aonde estão as dificuldades, e a gente, juntos, procurar caminhos para simplificar, se for possível simplificar. Como a Laressa falou, tem um manual lá na Assistência. Bom, aqui, não sei se a gente tem um manual também. Tem também. Talvez não é tão... Nós vamos ter que melhorar isso, para ficar mais fácil a interpretação. O Alexandre falou, ele tem que contratar lá o escritório de contabilidade, tal. Ok. Esse é o caminho? É. Então isso tem que estar previsto dentro do projeto. Até para depois não desembolsar o dinheiro, e aí descobrir que: *“olha, do jeito que desembolsou não é aceito. Não dá para atestar essa conta assim.”* Então talvez isso. Deixar mais claro a regra do jogo. O Fundo é jovem. Se a gente falar, o fundo tem 5, 6, 7 anos. É novo, ainda. Então tem um caminho grande ainda, para a gente trilhar. Vai amadurecendo. Eu queria propor isso, de ter essa troca de informações: *“Tenho dificuldade nisso, nisso e nisso. Dá para melhorar isso? Dá para resolver?”* Vamos ver. A gente discutir e como é que faz para melhorar. Está bom?

Cons.Alexandre São três pontos breves. (incompreensível) com relação ao próprio projeto. Com certeza, tem a questão jurídica das ONGs. Mas como o Secretário apontou, acho que é possível a gente fazer (incompreensível), mas é possível fazer essa prestação de contas. Mas para a gente se profissionalizar nesse sentido, a gente vai ter que investir... ter mais recursos dentro do projeto para essa coisa. Se a gente for ter esse nível de profissionalismo e pagar o preço de mercado por esses serviços, vai um montante maior. E aí eu estou falando de um conflito interno na nossa própria organização, porque a gente tem um desejo de fazer muita coisa. E tem a necessidade da comunidade. Mas para fazer com toda essa complexidade, que é uma exigência de recurso público, a gente vai ter que demandar um montante maior de recursos para a administração do próprio projeto. Nesse sentido. Em relação à questão dos outros Fundos, eu não sei especificamente da Assistência Social, mas na



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

Cultura, por exemplo, é bem diferente. E aí, se a gente tem interesse, e a gente tem, de manter um trabalho comunitário, não tem como não ter esse tipo de exigência, de tamanha contrapartida, ou dessa antecedência, da atividade ser feita anteriormente. (incompreensível). Porque senão a gente vai acabar (incompreensível) ONGs que vão se tornando grandes instituições, que foge de base comunitária. Outra realidade. Agora, eu queria saber em relação ao que vocês apresentaram, quando vocês falaram a receita mais detalhada, mas vocês não detalharam as despesas. Mais ou menos (incompreensível) que foi executado esse ano, para quais setores que foram, para quais atividades?

Cons. Cecília: E eu queria também só dar uma informação. Laressa, só a título de informação, ele falou que deposita primeiro na ONG. Para ele, ele deposita, e depois pede o... por causa do tipo de prestação de contas, que depois a gente pode voltar. Mas no caso da ONG, olha só, ela assinou a ordem de início de serviço no dia 30 de novembro. Então ela supôs que ela estava trabalhando. Ela só foi ganhar em fins de janeiro. Aí teve outro problema, ela ficou trabalhando qua... que foi os dois meses, que a gente pôs a garota lá, para trabalhar. Ou seja, a gente só foi saber disso no final de... O dinheiro não entrou. A garota, ela trabalhou antes do dinheiro ter sido depositado na nossa conta. Ou seja, todo projeto que a gente fez, e aí teve outra dificuldade, e sabe o que a gente fez? Sabe o que aconteceu? Assim, só para você saber como a coisa acontece do lado de cá. A gente trabalhou quatro ou cinco meses sem receber nenhum recurso. Todo mundo assim, muito difícil. E a gente só foi receber de dois meses depois de cinco trabalhados. E depois, prestamos conta lá adiante, de gastos que tínhamos feito 5 meses atrás. E sabe a dificuldade que eu acredito, Alexandre? É assim, na prática, na prática, quando eu agora, fui pegar os relatórios para poder fazer o nosso imposto de renda, lá, da ONG, na prática, além de pagar o contador e a outra mulher, não sei que lá, não sei que lá, faz um relatório que ele vai acrescentando anterior, no posteri... vai ficando cada vez maior, maior, maior, maior, maior... Ele é tão grande, que, na prática, a gente tem que ir lá para as nossas anotações próprias, para sa... e tem que pegar extrato de banco de novo, ele não serve para nada. É um relatório que nem a gente consegue, depois... Depois que a gente fez, isso que eu acho, se a gente gastasse, tal, tal, tal. E ficasse uma coisa útil, transparente. *“Olha, essa ONG entrou aqui, saiu dali, pagou tal, pagou tal...”* Isso que eu falo para você. O relatório do Ponto de Cultura é uma planilha, que em uma página a gente resume tudo, e depois vêm os detalhamentos, tal. A gente enxerga tudo. Então isso que eu falo, viu Alexandre, é muito investimento, para um resultado de relatório... Sabe o que eu proponho? Vamos pegar o relatório, vamos trazer aqui para quem nunca viu, ver como fica. Vamos achar ali. Fica muito difícil.



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

Lucas: Dos dois milhões e duzentos que a gente gastou, a gente já gastou 1,5 milhão com crédito de carbono, quinhentos mil com os convênios, tudo, e cento e cinquenta e dois mil com desapropriações. Depois, se quiser o detalhado, a gente pode trazer aqui, com fornecedor, toda a despesa. Só para você ter uma ideia do que a gente já gastou com esse recurso... O crédito de carbono, hoje a gente faz investimentos nas áreas de impacto direto dos aterros, na subprefeitura de Perus e Pirituba, no aterro Bandeirantes, Cidade Tiradentes e São Mateus.

Coordenadora Helena Magozo: Nós votamos aqui, acho que foi no final do ano passado, na zona leste, acho que foi o Parque Nebulosas e o cercamento do Sapopemba. Isso eu estou falando Crédito de Carbono Leste. E foi a desapropriação do Limoeiro, que a gente votou, acho que nessa gestão do conselho. Perus é crédito de carbono. Esse de hoje. Agora, deixa eu esclarecer também. Sempre quando os projetos são apresentados aqui, teve essa exceção da AES Eletropaulo, que o Carlos colocou, e que também foi colocado pela CAV. Sempre, quando chega, é muito discriminado no processo, cada despesa, e vai para licitação. Aquilo é um termo de referência técnico do setor demandante, geralmente é do DEPAVE, da Secretaria do Verde, quando o projeto é da Secretaria do Verde. Tem tudo muito discriminado lá, medidas, tal. Aquilo é o preço máximo, que você tem que fazer o cálculo baseado na tabela EDIF. Isso vai para licitação. O máximo é aquilo. Depois, pode ser um valor menor, é um processo público, de licitação, e aí é que se chega até o vencedor. Esse rigor em termos do processo público é absolutamente necessário.

Lucas: Tirando esse caso da Eletropaulo, que é a contratação direta pela concessionária, quando é uma obra, por exemplo, do CRAS, quando a gente vai fazer a licitação, a gente tem um referencial, que é a tabela publicada por EDIF/SIURB, que eles têm, lá, a cotação de preços para os diversos materiais e serviços de construção civil.

Coordenadora Helena Magozo: Para soltar a licitação.

Lucas: A gente faz o orçamento em cima dessa tabela oficial, e aí vai para licitação. Outras despesas, outras contratações, caem no mesmo esquema, da gente ter que fazer uma pesquisa de preços, para ter três orçamentos, para ter uma base referencial para fazer a reserva. E no momento da licitação, a que ganhar, com preço menor, tudo, é que vai fazer o contrato com a gente. Então tudo de acordo com a legislação vigente.

Coordenadora Helena Magozo: Gilmar, por favor.



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

Cons. Gilmar: A minha fala, contribuição final, eu acho que a primeira sugestão foi boa, da Cecília. E acho que vocês têm condições, na medida que vocês têm todos os projetos na mão, saber onde têm os nós, e pegar esses nós e trazer à baila. Quer dizer: “*está acontecendo isso em tal...*” Levantou um caso. Então esses nós podem ser discutidos em grupo. A questão do manual, acho que a primeira coisa que a gente precisa, só como lembrança, definir nesse manual o que é convênio. Não é uma contratação. Às vezes, se leva que (incompreensível). E convênio pressupõe parceria, ajuda mútua. Convênio. Acho que esse é o primeiro ponto que a gente precisa... É outra relação. Eu acho que esse é um ponto importante a ser... Nós viemos, Carlos, lembrando disso o tempo todo. Porque às vezes, a gente se esquece e leva... pela pressão da lei, pela pressão etc., a gente...

Coordenadora Helena Magozo: Essa questão que eu falei, do decreto e da portaria, é em relação a convênios. E até hoje, nesse sentido, a Raquel, que é a diretora dos núcleos, ela está propondo encontros de troca, de capacitação, dos técnicos das CATs que acompanham, no sentido do que é um contrato, do que é um convênio, para ter esse olhar.

Cons. Gilmar: E queria só finalizar a minha fala. Na verdade, vou quebrar um pouquinho. Eu quero fazer um convite, nós, agora dia 7 de julho, vamos fazer um evento de encerramento do nosso projeto. Encerramento simbólico, porque nós sabemos que essas coisas continuam. E no dia 7 agora, que é um sábado de julho, nós vamos entregar o Centro de Defesa das Águas do Rio Capivari, cujo nome original era Núcleo de Educação Socioambiental do Rio Capivari, que é nosso projeto, e nós vamos ter uma aula e uma reunião dia 7, que é sábado, onde todos estão convidados, inclusive o Secretário, para mostrar que a obra foi feita, não só nas fotos, no papel, mas quem quiser ir até lá, e ver que nós conseguimos concluir um espaço que tem envolvimento de várias áreas públicas. Nós estamos dentro de uma área da SABESP, é até uma coisa meio estranha, nós reformamos um (incompreensível) dentro da SABESP, com dinheiro do FEMA. E o espaço conseguiu ter notoriedade. Felizmente, hoje, é uma realidade local. As escolas estão muito felizes, nós temos recebido escolas até da zona Leste, Secretário. Não só daquela região dos mananciais, mas uma escola da zona Leste, cruzando São Paulo, para ver, em tese, o último rio limpo da cidade de São Paulo, que é o Rio Capivari. Por enquanto. Esse espaço...

Coordenadora Helena Magozo: Por enquanto é o único limpo. Teremos mais limpos. Se não não se justifica o projeto. [risos]

Oradora não identificada: Já pensei que ele ia ficar sujo. [risos]



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

Cons. Gilmar: Eu acho que aí entra a questão do convênio, o poder público não consegue atuar como gostaria, em várias áreas da cidade. A cidade é muito complexa. Uma cidade estado. Para vocês terem uma idéia, essa área de bombeamento da SABESP era semi-abandonada, apesar de ter segurança, eram ruínas, e nós fincamos um pé lá, e a população agradece a gente ter fincado um pé. Porque as próprias escolas não tinham acesso à área. A SABESP não permite, em áreas que ela não tem abertura, para que entre gente para olhar, questão de segurança etc. E nós entramos com o pé dentro de uma área que não era acessada pela população. A população tem condições de olhar esse represamento, tem condições de ver como é bombeado, por que é bombeado o metro cúbico para a Represa Guarapiranga em época de estiagem, de onde vem a água que nós bebemos? E hoje a gente tem, apesar de todas as dificuldades, o Rubens que sabe aqui, a Helena, a Nísia, a gente conseguiu concluir a maior parte desse projeto, que é fincar um pé. E hoje, escolas, professores, comunidade, adentram essa área, e tomam uma lição de educação ambiental em uma bacia hidrográfica limpa. E saber por que elas não devem sujar as outras bacias. Então sábado, dia 7, estão todos convidados, a partir das 9 horas, nós vamos estar lá, com professores, o Secretário (incompreensível), provavelmente vai o presidente da SABESP, enfim, todos estão convidados.

Cons. Cecília: Gilmar, coloca um mapinha na internet, ou pede para a Ellen colocar, para a gente poder chegar. Porque se não, não vou saber como é que chega. E posso também fazer um convite? Domingo, dia 1º, o dele é dia 7, e o nosso é dia 1º, a gente vai fazer Somos Um pela Fonte. Por quê? A gente conseguiu o DUP, que a Secretaria fez, mas o tempo vai correndo, e a gente não está conseguindo a desapropriação, e o Parque mesmo, que a gente sonha, a gente ainda não conseguiu, e então a gente quer... A luta continua. Enquanto a gente não conseguir... A programação começa 9 horas da manhã também. A orquestra de berimbaus vai se apresentar às 11 horas, e vai ter muito artista, muito poeta, muito músico, até às 10 horas da noite. Então todos estão convidados, é gratuito. É na rua da Fonte. Vocês vão ver a água escorrendo, pela rua, e entrando no bueiro, infelizmente, por enquanto ainda é assim. E tem a ver com água também. Apareçam lá para ver. É uma continuidade do nosso projeto, que continua, aí, caminhando.

Coordenadora Helena Magozo: Nós vamos ter a fala do Alexandre, depois a reunião está encerrada.

Cons. Alexandre: Só para compartilhar uma notícia legal, até de reconhecimento do nosso trabalho, da importância do FEMA, um blog importante de educação, de âmbito nacional, publicou ontem uma reportagem



28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA – CONFEMA

sobre boas práticas de educação ambiental com três projetos, e dois deles foram financiados pelo FEMA. Inclusive o nosso. Eu vi ontem à noite.

(falas sobrepostas)

Cons. Alexandre: Os dois foram procurados de forma espontânea, pela redação desse blog. Estão lá...

Coordenadora Helena Magozo: Obrigada. Agradeço ao Lucas, a Laressa. E outras vezes nos encontraremos aqui. Muito obrigada.

CARLOS ROBERTO FORTNER

**Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável – CONFEMA**

CONSELHEIROS PRESENTES:

AMÉLIA TAMIKO SEGUCHI TOLEDO

GINA ARMELIN PAGOTTO

JOSÉ MAESTRO DE QUEIROZ

MARIA CECÍLIA PELLEGRINI GÓES

ALEXANDRE ABEL ROCHA DA SILVA

HELENA MARIA DE CAMPOS MAGOZO

Coordenadora Geral do CONFEMA

RUBENS BORGES

Secretário Executivo